A institucionalização corporativa — das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933)*

1. O NOVO QUADRO LEGAL

As leis sobre associações profissionais de 9 de Maio de 1891 e de 27 de Dezembro de 1924 — conferindo esta última às federações e associações de classe capacidade de firmar acordos e contratos colectivos de trabalho¹ — são substituídas, a 23 de Setembro de 1933, pelo Estatuto do Trabalho Nacional (ETN) e por três decretos-leis: o Decreto-Lei n.º 23 049, que se destinava aos patrões do comércio, da indústria e da agricultura; o Decreto-Lei n.º 23 050, que contemplava os empregados, operários e profissões liberais; e o Decreto-Lei n.º 23 051, que se dirigia ao mundo rural².

Ao criar os sindicatos nacionais, o Decreto-Lei n.º 23 050 — que recupera quase todo o articulado dos decretos anteriores, mas ao qual faz importantes acrescentos — não se limitara a estabelecer um certo número de regras organizativas, nem a enunciar, genericamente, os fins a que os sindicatos licitamente poderiam aspirar, ou ainda os limites a que a sua acção deveria obedecer. Retomando os princípios enunciados no ETN, definira orientações ideológicas precisas, estabelecera normas de funcionamento interno minuciosas e, mais importante, atribuíra ao Estado extensos poderes que, entre 1933 e 1944, outros decretos se encarregarão de alargar.

Pouco haveria a acrescentar à leitura que destas disposições inúmeros autores fizeram³. A sua importância obriga-nos, porém, a relembrar alguns dos

* Este texto constitui um capítulo da segunda parte do trabalho *O Processo de Implantação e Lógica e Dinâmica de Funcionamento do Corporativismo em Portugal — os Primeiros Anos do Salazarismo*, apresentado para efeito de provas no Instituto de Ciências Sociais, em Outubro de 1990.

¹ Quando dizemos «leis», é uma força de expressão. Em ambos os casos estamos perante «decretos», e não propriamente «leis».

² A 23 de Setembro de 1933 são publicados ainda mais dois decretos. Um sobre casas económicas. Outro, o Decreto n.º 23 053, cria, no âmbito do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP), que substitui o antigo Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios (ISSO).

³ Com destaque para a análise de Manuel de Lucena, em *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, vol. 1, Lisboa, «Perspectivas e Realidades», 1976, pp. 228-246.

aspectos mais relevantes que, à partida e ao longo dos primeiros anos, o quadro jurídico-político assumiu.

Segundo o Decreto-Lei n.º 23 050, os trabalhadores do comércio e da indústria devem organizar-se em «sindicatos nacionais»⁴. Estes têm por base a profissão e por âmbito o distrito⁵. Dentro de cada área geográfica só é reconhecido um sindicato por profissão. A ele é atribuído o monopólio da representação profissional e esta abrange a globalidade da categoria.

Nos termos do ETN e do Decreto-Lei n.º 23 050, artigos 9.º e 10.º, os sindicatos obedecem a três princípios fundamentais: o da hierarquia dos interesses, que subordina os interesses particulares aos da economia nacional; o da colaboração com o Estado e com as outras classes; o do nacionalismo, que limita a actividade dos sindicatos exclusivamente ao plano nacional, em respeito absoluto pelos «superiores interesses da Nação»⁶.

Para que não restassem dúvidas, o legislador determinara, aliás, que os estatutos dos sindicatos deveriam conter, expressa e obrigatoriamente, não só a afirmação de fidelidade ao nacionalismo e à colaboração social, como a declaração de «renúncia» a toda e qualquer actividade contrária «aos interesses da Nação Portuguesa» e a do «repúdio da luta de classes»⁷.

A deriva em relação aos fins para que os sindicatos haviam sido criados, o não cumprimento dos estatutos, a recusa em prestar informações da sua especialidade, o não desempenho ou o desempenho indevido das funções que lhes tivessem sido confiadas, a promoção ou o auxílio a greves, as transgressões às disposições do próprio Decreto-Lei n.º 23 050 eram razões que, segundo o artigo 20.º, podiam levar o Governo a proceder à dissolução do sindicato em causa⁸. Arma poderosa, tratava-se, no entanto, pelas consequências desastrosas que o seu uso poderia provocar, como diz Manuel de Lucena, de «medida extrema» e com carácter sobretudo dissuasório.

Mais importantes, pelo seu alcance e porque de aplicação regular e permanente, eram os artigos que davam ao Governo a última palavra na escolha dos dirigentes e ao INTP o poder de acompanhar e controlar a vida sindical. Aos sócios competia escolher, através de eleições, os corpos gerentes

⁴ As profissões liberais, em «ordens».

⁵ Mais adiante voltaremos aos aspectos estritamente organizativos.

⁶ Dentro deste mesmo princípio, sem autorização do Governo, não era permitida aos sindicatos a filiação em quaisquer organismos de carácter internacional, a representação em congressos ou manifestações internacionais, ou ainda contribuir monetariamente para organismos internacionais ou deles receber donativos e empréstimos. A violação do princípio do nacionalismo implicava a dissolução do sindicato e a perda de direitos políticos pelos seus dirigentes.

⁷ Decreto-Lei n.º 23 050, alíneas *b*) e *c*) do artigo 15.º

⁸ E mais ainda «sem prejuízo da responsabilidade pessoal dos corpos gerentes e de outras penalidades aplicáveis». Este artigo 20.º retomava quase na íntegra o artigo 12.º do Decreto de 1891, mas introduzia duas alterações de monta. Em primeiro lugar, às razões que poderiam levar à dissolução era acrescentada agora um nova que não constava do Decreto de 1891: a promoção e auxílio a greves. Em segundo lugar, para lá da dissolução, os corpos gerentes eram igualmente responsabilizados e passíveis de punição.

dos sindicatos. Mas a eleição só era válida depois de sancionada pelo subsecretário de Estado das Corporações⁹. Por último, dizia o decreto, os sindicatos nacionais ficavam «directamente dependentes do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência»¹⁰, Instituto ao qual os sindicatos deviam prestar contas anualmente e, a todo e qualquer momento, submeter-se à sua fiscalização¹¹.

Como podemos ver pelo decreto que, pela mesma altura, criou aquele Instituto, e sobretudo pelos inúmeros testemunhos que ele nos deixou, nunca as suas funções foram concebidas ou entendidas como de «pura atenção vigilante das normas administrativas e dos preceitos legais»¹². Aos assistentes dos Serviços de Acção Social (SAS), no distrito de Lisboa, e aos delegados e subdelegados do INTP, nos restantes distritos, competiria, desde o início e entre outras coisas, «cooperar na directa orientação da actividade» dos sindicatos nacionais¹³. E, desde o início, aos assistentes dos SAS e aos delegados do INTP viriam juntar-se os «assistentes corporativos», a quem incumbia, dentro dos sindicatos, prestar a «assistência do seu conselho, facilitando-lhes a correcta equação dos problemas e contribuindo para assegurar nas melhores condições o contacto com os serviços do INTP», ou, como é dito noutro passo, «acompanhar de perto a actividade dos sindicatos, informando o Instituto acerca de tudo quanto possa contribuir para o conhecimento da sua actividade [...], do seu espírito e das suas tendências, numa palavra, do seu grau de integração nas ideias fundamentais do ETN e do nível que atinge a sua consciência corporativa»¹⁴. Deles se reclamava igualmente iniciativa no sentido de «estimular a vida sindical», e não apenas uma atitude passiva de mera «fiscalização de carácter administrativo»¹⁵.

Com o Decreto-Lei n.º 23 050, os poderes e competências que deveriam caber em exclusivo aos vários órgãos que compunham os sindicatos, o mesmo é dizer aos associados, viam-se, assim, transferidos para um corpo de funcionários, pertencendo os primeiros ao aparelho de Estado e possuindo os segundos um estatuto híbrido, já que não pertencem aos sindicatos nem ao Estado, mas deste último dependem¹⁶.

⁹ Idêntica sanção era requerida no caso dos dirigentes das secções sindicais, das federações e uniões. Ver § 5.º do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 23 050.

¹⁰ E ficavam ainda «sujeitos, no que respeita à ordem pública, às entidades administrativas» (Decreto-Lei n.º 23 050, artigo 8.º).

¹¹ Cf. Decreto-Lei n.º 23 050, artigo 15.º, § 7.º

¹² Ver Decreto n.º 23 053, de 23 de Setembro de 1933, concretamente os artigos que definem as funções dos Serviços de Acção Social, no caso do distrito de Lisboa, e as das delegações e subdelegações do INTP, nos restantes distritos. Ver também o despacho de 14 de Novembro de 1944, de António Castro Fernandes, então subsecretário de Estado das Corporações, no qual clarifica as funções dos quadros do INTP e as funções dos assistentes corporativos, em Alexandre Cal, *Legislação Corporativa, Grémios e Sindicatos*, ed. do autor, Porto, 1946.

¹³ Despacho de António Castro Fernandes de 14 de Novembro de 1944, cit.

¹⁴ Id.

¹⁵ Id.

¹⁶ Os «assistentes corporativos» são designados pelas direcções dos sindicatos e, como elas, submetidos a sanção oficial. Mas é perante o INTP, não perante as direcções que os nomeiam.

Decretos posteriores viriam restringir a já pouca liberdade e autonomia que o Decreto-Lei n.º 23 050 deixara. A 13 de Março de 1936, o Decreto-Lei n.º 26 418 — feito a pensar sobretudo nos organismos patronais, mas aplicando-se indistintamente a grémios e sindicatos — permitia ao ministro do Comércio e Indústria nomear comissões administrativas ou prover provisoriamente vagas nas direcções dos organismos corporativos, quando inquéritos ou inspecções, efectuados pelo Conselho Técnico Corporativo do Comércio e da Indústria, exigissem o afastamento de todos ou de alguns dos seus membros¹⁷. A 18 de Março do mesmo ano era publicada a Lei n.º 1936, contra as «coligações económicas» — que visava de novo mais os organismos patronais do que os sindicais, mas tinha carácter geral — e pela qual o Governo podia substituir, total ou parcialmente, as direcções «dos organismos corporativos, mandando proceder a nova eleição», quando verificasse actuarem eles «em sentido inverso do imposto pelos objectivos económicos próprios da organização corporativa»¹⁸

Em 1942 e 1943, em plena guerra, o Governo iria mais longe. Coincidindo com um momento de particular agitação social e política — inclusive com movimentações nos próprios meios sindicais nacionalistas, que se fazem eco da «descrença» e do «espírito de revolta» que então dominam a classe trabalhadora —, e na sequência da palavra de ordem relançada pelo PCP, em 1941, de entrada e aproveitamento dos sindicatos nacionais, o Governo não só alarga o conceito de inelegibilidade a todos os indivíduos que tivessem visto recusada a sanção ou que tivessem sido destituídos dos respectivos cargos, como alarga também os seus poderes em matéria de nomeação de comissões administrativas.

Os operários de lanifícios da Covilhã e Tortosendo, por exemplo, haviam entrado em greve em finais de 1941, quando, depois de negociado um contrato colectivo de trabalho, o subsecretário de Estado das Corporações não o homologa.

É preciso não esquecer que se está já em plena guerra e que a política económica é de contenção salarial, no sentido de não fazer pressão sobre os preços. A não homologação deste contrato e a repressão dos grevistas da Covilhã cairão mal nos meios operários e entre os próprios dirigentes sindicais corporativos. Como dirão depois, tratava-se de um contrato que «tinha defendido um pouco os interesses dos trabalhadores» e de uma

que respondem, «tanto do ponto de vista da assiduidade e rendimento do trabalho despendido» junto dos sindicatos, como «no das informações prestadas, sempre oportunamente, através de relatórios escritos e verbais que permitam conhecer a todo o momento, com exactidão e actualidade, o que se passa nos diferentes sectores da organização profissional» (despacho de António Castro Fernandes cit.).

¹⁷ Estas nomeações, segundo o próprio Decreto n.º 26 418, deveriam durar apenas o tempo necessário à decisão superior sobre a matéria dos inquéritos e inspecções. Ver *Boletim do INTP*, n.º 8, de 15 de Março de 1936.

¹⁸ Lei n.º 1936, de 18 de Março de 1936, em *Boletim do INTP*, n.º 9, de 31 de Março de 1936.

greve que fora «não contra as entidades patronais, mas sim contra o Estado Corporativo!»¹⁹.

A impopularidade da política económica nos meios das classes trabalhadoras é de tal modo grande que os dirigentes sindicais corporativos de Lisboa se movimentam nos primeiros meses de 1942 — à revelia do subsecretário de Estado Trigo de Negreiros —, acabando por realizar, a 6 de Abril, uma assembleia magna de delegados dos sindicatos de Lisboa, no Coliseu dos Recreios, da qual sai uma «mensagem» dirigida a Salazar²⁰. Ora é a 31 de Março de 1942, quando os sindicalistas corporativos preparam e forçam a assembleia magna, que é publicado o Decreto-Lei n.º 31 496, pelo qual a nomeação de comissões administrativas passa a poder verificar-se «sempre que motivos ponderosos o justifiquem»²¹.

As explicações dadas e as medidas tomadas por Salazar, em resposta aos sindicatos nacionais, não satisfazem os trabalhadores, verificando-se uma série de greves no Outono de 1942: a 19 de Outubro dá-se um «esboço de paralisação» dos operários das oficinas da Companhia Carris de Ferro de Lisboa; a 2 de Novembro é a vez dos operários da Companhia dos Telefones, seguidos, a 3, pelos operários dos estaleiros de construção naval da CUF, Companhia Nacional de Navegação e Parry & Son²². Por último, a 6 de Novembro entram em greve os trabalhadores do sector portuário, acabando estas últimas greves com a requisição militar do pessoal das empresas concessionárias de serviços públicos²³.

¹⁹ Sobre esta greve ver «Apelo dos operários da Covilhã», de «Um grupo de operários da Covilhã», de Dezembro de 1941, in *Avante!*, III série, n.º 3, de Dezembro de 1941. Ver também a referência a esta greve na mensagem que os sindicatos nacionais do distrito de Lisboa entregam a Salazar a 20 de Abril de 1942, mas que só será tornada pública a 24 de Julho, quando da resposta de Salazar aos sindicatos nacionais. A mensagem é publicada na íntegra no *Diário de Notícias* de 24 de Julho de 1942.

²⁰ A mensagem, como já dissemos, será entregue a Salazar a 20 de Abril de 1942, por uma «comissão representativa de todos os sindicatos nacionais de Lisboa», formada por Horácio Gonçalves, dirigente do S. N. dos Caixeiros; Manso Preto, do S. N. da Navegação; Tomás Aquino, do S. N. dos Tipógrafos; Francisco Marques, do S. N. dos Motoristas; Abel Romero, do S. N. dos Ferroviários do Centro de Portugal; Pereira Ferraz, do S. N. dos Bancários; e Francisco Costa Pinto Coelho, do S. N. dos Seguros. Ver *Diário de Notícias* de 21 de Abril de 1942. A esta «mensagem» ainda teremos oportunidade de voltar.

²¹ E já não apenas em caso de afastamento por «motivos de inquéritos e inspecções». Mas, segundo o Decreto n.º 31 496, a nomeação tinha o prazo máximo de um ano, findo o qual nova eleição era obrigatória.

²² Sobre estas greves ver «Nota oficiosa da Presidência do Conselho» de 6 de Novembro de 1942.

²³ Requisição feita nos termos do Decreto n.º 32 352, que havia sido publicado a 2 de Novembro de 1942. Ver «Nota oficiosa». Terminam não só com a requisição. No caso dos portuários, e no próprio dia da greve, Trigo de Negreiros faz sair um despacho em que revoga e retira a aprovação a todos os despachos de salários mínimos e ao regulamento de trabalho em vigor, bem como às cláusulas de contratos e acordos que davam o exclusivo de cargas e descargas aos filiados nos sindicatos integrados na União dos Sindicatos dos Trabalhadores do Porto de Lisboa (*Boletim do INTP*, n.º 21, de 14 de Novembro de 1942). O mesmo acontecerá aos trabalhadores da Anglo Portuguese Telephone, que, por Despacho de 20 de Dezembro de 1942,

É na sequência destas greves e de manifestações de protesto em torno da questão dos abastecimentos — e que se vão verificar e avolumar, depois, ao longo de 1943 — que, a 2 de Junho desse ano, novo decreto determina que a nomeação de comissões administrativas dos sindicatos não só passe a ser «pelo prazo julgado necessário», como a sua prorrogação possível²⁴.

De resto, as restrições e o controlo da actividade sindical estendem-se a todos os domínios. Os que não estão previstos na lei geral são objecto de disposições específicas. Por despacho do subsecretário de Estado das Corporações de 17 de Abril de 1943, proíbe-se que os jornais editados pelos organismos corporativos, e que já passavam pelos Serviços de Censura, publiquem «documentos de carácter social» sem o visto do respectivo assistente (caso dos sindicatos) ou do delegado do Governo (caso dos grémios), e, na falta ou impedimento destes, dos delegados ou assistentes do INTP²⁵.

Nem mesmo a simbologia escapara a esta febre de o Estado tudo absorver. Argumentando com a «pouca clareza de certos símbolos, o equívoco de muitos outros, a ausência de sentido de alguns e o mau gosto da grande maioria» — tudo coisas que os tornavam «incapazes de representar dignamente a vida corporativa» —, o subsecretário de Estado das Corporações criara, em 1944, junto da presidência da FNAT, «um gabinete de heráldica corporativa», destinado a estudar e conceber emblemas, bandeiras, selos e escudos, ao mesmo tempo que definira uma série de directivas de ordem estética e técnica²⁶. E porque o uso do emblema era considerado «uma distinção conferida pelo Governo, uma dignidade valorizadora dos organismos corporativos», ou ainda «um privilégio reconhecido às várias categorias de trabalhadores», determinara o estabelecimento de «certas formalidades solenes», as quais, no dizer do mesmo subsecretário de Estado, tinham a vanta-

vêm anulados os aumentos salariais fixados pelo despacho de salários mínimos de 29 de Agosto de 1942 (*Boletim do INTP*, n.ºs 1 e 2, de 15 e 30 de Janeiro de 1943).

²⁴ Cf. Decreto-Lei n.º 32 820, de 2 de Junho de 1943. A falta de alguns géneros essenciais — pão, mesmo o de milho, carne, farinha e batatas — era, segundo os relatórios do embaixador britânico e dos cônsules inglês e francês no Porto, de maior gravidade no Norte do que no Sul do País. Ver relatório de 7 de Julho de 1943 do cônsul inglês no Porto, Denton-Thompson, ao embaixador R. Campbell e relatório de Campbell a Anthony Eden, de 25 de Julho de 1943. A 7 de Julho de 1943, na zona de Guimarães, um grande número de trabalhadores tinha abandonado fábricas e oficinas e feito manifestações aos gritos de «Se não podemos comer, não podemos trabalhar». Segundo Denton-Thompson, nem a polícia local nem a Legião teriam sido capazes (ou não teriam querido) dominar a situação, sendo necessário recorrer a uma força da GNR do Porto (Public Record Office, FO 371/34643 XC/A 012863). A 26 de Julho era a vez de Lisboa e da margem sul. E em Agosto, a dos operários de S. João da Madeira. E em 1944 voltaria a haver nova vaga de greves no Sul. Agradeço a Maria Filomena Mónica a consulta destes documentos.

²⁵ Cf. Alexandre Cal, *op. cit.*, p. 121.

²⁶ Sobre formas (o escudo ovado, por exemplo), sobre cores, sobre dimensão das bandeiras ou ainda sobre os materiais que nelas deviam ser utilizados (filel, nas bandeiras destinadas a arvorar, e seda, nas destinadas a cortejar). Com estas directivas visava o subsecretário de Estado a uniformização da simbologia (despacho do subsecretário de Estado das Corporações de 18 de Maio de 1944).

gem adicional de «servirem de pretexto para aproximar governantes e governados»²⁷.

Voltemos ao Decreto-Lei n.º 23 050. Entre os direitos e atribuições conferidos aos sindicatos nacionais encontravam-se, entre outros, a representação dos interesses profissionais, a negociação de contratos colectivos de trabalho, a criação de instituições sindicais de previdência e o exercício das funções políticas previstas na Constituição, que eram participar nas eleições administrativas e tomar assento na Câmara Corporativa²⁸.

Dos princípios atrás enunciados — hierarquização dos interesses, colaboração entre as classes e nacionalismo — decorriam a interdição da greve e o reconhecimento da negociação de convenções colectivas de trabalho: de contratos com os gremios e de acordos com as empresas a título individual.

Proibida já no texto constitucional, no ETN e no próprio Decreto-Lei n.º 23 050, a greve — tal como o *lock-out* — será, a 18 de Maio de 1934, objecto de legislação própria, que procede à sua tipificação e à hierarquização das penas que lhe são aplicáveis²⁹. Não só da greve, de resto, mas também de praticamente todos os meios de pressão e protesto a que, tradicionalmente, trabalhadores e sindicatos recorriam³⁰.

As convenções, isto é, o estabelecimento de entendimentos colectivos entre o trabalho e o capital, eram consideradas actos corporativos por excelência. A negociação de contratos e acordos, que se encontrava consagrada já no ETN e fora reafirmada no Decreto-Lei n.º 23 050, permanecera, depois, na Lei n.º 1952, de 10 de Março de 1937, inteira e exclusivamente dependente

²⁷ Id. As formalidades eram: a outorga pelo Governo de um diploma ou «carta de privilégio» e a entrega solene da bandeira na Festa do Trabalho.

²⁸ Os outros direitos envolviam a posse de bens imóveis e de outros bens, a disposição das somas provenientes das cotizações, a promoção de cooperativas, a criação de imprensa sindical.

²⁹ De notar que a greve política e revolucionária já havia sido objecto do Decreto n.º 23 203, de 6 de Novembro de 1933, considerando-a «delito político» e punindo-a em termos de «rebelião». O Decreto-Lei n.º 23 870, de 18 de Maio de 1934, tem um carácter mais geral. Nele se distingue a greve simples, política, revolucionária e de solidariedade. Na primeira, a pena prevista é de 50\$ a 1000\$ de multa ou substituída por prisão até um ano. Na greve política, 3 a 8 anos de desterro, com prisão no desterro até 1 ano e multa até 2000\$. Na greve revolucionária, a pena é de 4 a 10 anos de desterro, com 2 a 4 anos de prisão no lugar do desterro e multa de 20 a 100 contos. No caso dos funcionários públicos e trabalhadores assimilados, as penas são mais pesadas. Mas o simples incitamento, ameaça, preparação ou tentativas são também punidos com um terço das penas. A reincidência, sucessão ou acumulação de «delitos» são, por sua vez, punidas com o máximo das penas ou o máximo mais um terço.

³⁰ Boicote, label, ocupação dos locais de trabalho, utilização indevida de máquinas e de matérias-primas, sabotagem. As penas são aqui de 6 meses a 2 anos de prisão correcional e multa até 5000\$, com excepção da sabotagem, que é punível com 6 meses a 4 anos de prisão e multa não inferior a 10 000\$; mas, se a sabotagem causar «um grave prejuízo à economia nacional ou reduzir grandemente mercadorias de largo consumo», será punida com desterro de 3 a 8 anos, prisão de 1 a 2 anos no lugar do desterro e multa não inferior a 30 000\$. Qualquer destes delitos, desde a greve simples à sabotagem, acarreta ainda a perda de direitos políticos por tempo não inferior a 2 anos nem superior a 10, bem como o despedimento por justa causa.

da livre iniciativa e boa vontade das partes³¹. A lei não estabelecera prazos, nem qualquer tipo de mecanismos que tornassem a negociação ou o entendimento imperativos, ainda que, uma vez firmados, contratos e acordos tivessem aplicação geral. Isto é, obrigavam todos os patrões e trabalhadores da mesma indústria, comércio ou profissão, estivessem ou não inscritos nos grémios e sindicatos respectivos.

Em princípio, a negociação deveria ser directa, mesmo se o contrato ou acordo, para ser válido, necessitasse de ser superiormente homologado. Mas, como reconhecerá Fernando Homem Cristo a propósito dos contratos e acordos firmados entre 1934 e 1936, quase tão importante, ou até mais importante do que a livre iniciativa e a boa vontade das partes era a intervenção do INTP. Ao falar, em 1936, sobre dois anos de experiência contratual e respondendo ao problema do «como negociar e levar a cabo um contrato colectivo de trabalho», dizia: «[...] não há regras [...] É uma questão de arte, de feitio, de vocação, de emprego apropriado e alternado dos meios diplomáticos ou dos processos fortes. É, algumas vezes, uma questão que depende essencialmente de se dispor ou não de meios indirectos de agir». E acrescenta: «Este preâmbulo torna bem visível que nem sempre os contratos têm sido feitos só pelos interessados. Realmente, assim é, e porque não dizê-lo?»³²

Usando alternadamente «meios diplomáticos» e «processos fortes», como dizia aquele assistente dos SAS, o INTP e, não poucas vezes, o próprio subsecretário de Estado das Corporações tinham tido papel determinante na condução e desfecho da negociação colectiva³³. E, por muito tempo ainda, continuariam a tê-lo. Aliás, mais tarde, o Decreto-Lei n.º 36 173, de 6 de Março de 1947, ao reconhecer a participação daquele Instituto na elaboração das convenções, «orientando as negociações e a redacção das suas cláusulas», não fazia mais do que consagrar uma prática corrente e que vinha desde o início do regime. Tanto a imprensa sindical como a documentação oficial, designadamente a dos Serviços de Acção Social e a do INTP, oferecem-nos múltiplos exemplos que permitem avaliar não só a importância desta «participação», como as características que ela assumiu. Nalguns casos quase poderíamos dizer que, do lado sindical, quem verdadeiramente conduz as negociações, quem define e segue uma linha estratégica, quem possui meios de pressão sobre os patrões e os pode utilizar não são os sindicatos e os seus

³¹ Ver a Lei n.º 1952, de 10 de Março de 1937, sobre o contrato de trabalho, que se limitava, em matéria de contratação colectiva, a instituir a figura do contrato e a do acordo colectivo de trabalho — que na prática já vinham acontecendo —, bem como a definir a forma da sua aprovação e publicação. Só em 1947 a negociação de convenções será objecto de lei própria: o Decreto-Lei n.º 36 173, de 6 de Março de 1947. Mas também nesta lei a negociação manterá o seu carácter civilista. Para uma análise mais cuidada destas leis ver Manuel de Lucena, *A Evolução do Sistema Corporativo [...]*, vol. 1, pp. 342-345 e 370-374.

³² Fernando Homem Cristo, «Os contratos colectivos», in *Uma Série de Conferências*, Lisboa, Centro de Estudos Corporativos, União Nacional, 1937, p. 249.

³³ «Contratos colectivos de trabalho», in *Uma Série de Conferências*, Centro de Estudos Corporativos, União Nacional, 1937.

dirigentes, mas o INTP e os seus delegados e assistentes. E é na preparação e condução das negociações, mais do que na homologação, como teremos oportunidade de ver, que tudo ou quase tudo se joga.

Apesar de a negociação ocupar um lugar central na doutrina corporativa e consubstanciar a «solidariedade dos vários factores de cada ramo das actividades económicas», o ETN e o Decreto-Lei n.º 23 050 — tal como, depois, a Lei n.º 1952, de Março de 1937, e o decreto que se lhe seguirá em 1947 — não vão mais longe do que tinha ido o Decreto n.º 10 415, de 27 de Dezembro de 1924. Antes e depois, a negociação continuaria a depender da livre iniciativa e boa vontade das partes. Com uma diferença: antes de 1924, os operários ainda podiam recorrer à greve, mesmo se o seu uso estava sujeito a limites³⁴. Agora não. Para o legislador, a greve — tal como o *lock-out* patronal — era desnecessária, porque, em seu entender, na economia corporativa, o Estado interviria «para impor a justiça, que será sempre feita, quer se trate de patrões quer de operários [...]»³⁵.

O Estado estava, pois, no centro de tudo. E a sua intervenção iria bem mais longe. Desde muito cedo, enveredara por soluções ditas «não corporativas», os «despachos de salários mínimos» ou «portarias de regulamentação de trabalho», isto é, por uma regulamentação de tipo administrativo e autoritário. Não entremos, por agora, na explanação das razões que estiveram na origem dos três decretos que, em 1935, 1938 e 1943, conferiram poderes ao Governo para fixar, em concreto e de forma unilateral, salários e demais condições de trabalho³⁶. Digamos apenas duas coisas. Primeiro, que estes poderes foram aumentando, entre 1935 e 1943, quer pelo tipo de matérias sobre as quais a regulamentação podia incidir, quer pela natureza das situações que tornavam aquela possível³⁷. Segundo, os poderes de que o

³⁴ Havia obviamente outras diferenças: a exigência de homologação dos textos das convenções e estas aplicarem-se a todos os patrões e operários, independentemente de estarem ou não filiados nos respectivos organismos corporativos.

³⁵ Preâmbulo ao Decreto n.º 23 870, de 18 de Maio de 1934, que regula o «delito da greve e do *lock-out*». No ponto 3, o autor da lei afirma: «[...] a solução dada ao problema da diversidade de posição das classes operárias em face das classes patronais não podia nem devia ser resolvida pela admissão de processos anárquicos, perturbadores e destruidores da economia pública, mas no sistema da economia liberal era difícil, se não impossível, encontrar processos de solução dos conflitos diferentes da greve e *lock-out*, embora estes não estivessem na lógica das premissas. Os princípios da economia corporativa dão uma solução mais racional, mais justa e mais útil aos conflitos do trabalho. O Estado intervém para impor justiça, que será sempre feita, quer se trate de patrões quer de operários, de modo que nada justifica a greve e o *lock-out*.»

³⁶ Ver Decreto n.º 25 701, de 1 de Agosto de 1935; Decreto n.º 29 006, de 17 de Setembro de 1938; e Decreto n.º 32 749, de 15 de Abril de 1943.

³⁷ Em 1935, pelo Decreto n.º 25 701, o subsecretário de Estado das Corporações é autorizado a estabelecer salários mínimos, em qualquer ramo do comércio e da indústria, «sempre que se verifique a baixa sistemática dos salários como consequência de concorrência desregulada [...] e aqueles desçam abaixo de uma taxa razoável». Pelo Decreto n.º 29 006, de 1938, que não faz mais do que confirmar legalmente o que já vinha sendo praticado em vários despachos, o subsecretário de Estado pode, não só estabelecer salários e ordenados mínimos, como «regulamentar o exercício das profissões abrangidas em tudo o que julgar necessário à regular

Estado inicialmente se arrogou, tal como o seu progressivo alargamento, resultaram tanto da pressão operária e sindical quanto da indiferença e da resistência dos patrões em negociar. Desapossados do direito de greve, mas igualmente destituídos de mecanismos legais e automáticos que tornassem efectivas tanto a negociação como a revisão de contratos e acordos, aos sindicatos nacionais não restava outro meio nem outro remédio senão o de pressionar o Estado — e nem sempre com sucesso — no sentido de este se substituir à iniciativa e à boa vontade de uma das partes: a parte patronal.

2. OS ÚLTIMOS DIAS DO «SINDICALISMO LIVRE»

Voltemos ao ETN e aos decretos que instauram a nova ordem corporativa.

O ETN e os restantes decretos da corporativização são dados a conhecer através da imprensa nos primeiros dias de Agosto de 1933 — mais concretamente entre 4 e 8 de Agosto — e publicados, depois, na folha oficial a 23 de Setembro do mesmo ano.

Nas disposições gerais e transitórias, o Decreto-Lei n.º 23 050 concedia às associações de classe, «constituídas ou reformadas ao abrigo do Decreto de 9 de Maio de 1891», o prazo de três meses — isto é, até 31 de Dezembro — para elaborarem os seus estatutos conforme a nova lei, estabelecendo que, caso não o fizessem, seriam dissolvidas.

Vigorando o pluralismo sindical, a que o Decreto-Lei n.º 23 050 vinha pôr termo, e na eventualidade de aparecerem várias associações de classe da mesma profissão a requerer a modificação dos estatutos, o legislador definiu os critérios de escolha para efeitos de transformação em sindicato nacional. A prioridade seria dada tendo em conta o número de sócios e a antiguidade, «mas sobretudo as indicações do seu passado e a maior afinidade das suas disposições estatutárias anteriores com o espírito do presente decreto».

Confederações e associações de classe são assim colocadas perante um facto consumado e não têm por onde escolher: ou aceitam as condições que lhes são impostas ou deixam de ter existência legal. O tempo que lhes é deixado para preparar uma atitude conjunta é escasso, tanto mais quanto, depois da repressão que se seguiu às greves de 1932³⁸, a CGT e a CIS estão desfalçadas de muitos dos seus dirigentes e militantes e as relações entre as várias correntes de esquerda continuam, mesmo após o plebiscito da nova constituição política, a ser tão difíceis como antes.

fiscalização dos ordenados ou salários estabelecidos», sempre que se verifique «a baixa sistemática dos salários como consequência de concorrência [...], ou por outra circunstância». Pelo Decreto n.º 32 749, de 15 de Abril de 1943, o mesmo subsecretário de Estado é autorizado a «regular por despacho ou portaria as condições de prestação de trabalho e a sua remuneração, fixando limites aos ordenados e salários, sempre que o exijam os interesses superiores da economia e da justiça social».

Os apelos ao estabelecimento de uma «plataforma honesta de bom entendimento entre as diferentes correntes», vindos do lado socialista, por alturas do 1.º de Maio de 1933, tal como as propostas de constituição de uma «frente única» vindas do lado dos comunistas, ou não têm eco ou encontram resistências³⁹.

Em Junho de 1933, o sindicalista Alexandre Vieira alertava para os perigos que poderiam advir do silêncio da CGT. Quando já era por todos conhecido que se trabalhava «afanosamente» na preparação de medidas que muito afectariam a organização operária e sobre o espírito das quais não era possível alegar ignorância, «tantas e tão claras» haviam sido «as alusões» a elas feitas, as associações de classe aderentes da CGT continuavam a ignorar «o pensamento dos organismos coordenadores do movimento operário quanto ao assunto em referência»⁴⁰.

Note-se que, a 5 de Junho desse ano, Teotónio Pereira havia realizado, no Teatro de S. Carlos, a primeira sessão de propaganda corporativa destinada aos trabalhadores e em que Salazar participara.

Nas suas memórias, escritas cinquenta anos depois, Emídio Santana, ao falar do ETN e do Decreto-Lei n.º 23 050, afirma: «Logo que a legislação se tornou conhecida, reuniu-se o Conselho Confederal para decidir. Reconhecendo que o *ultimatum* era decisivo, que os sindicatos, se se subjugassem, perdiam totalmente a sua identidade, que eram improcedentes protestos e reclamações, optou pela confrontação, pela greve insurreccional.»⁴¹

E noutro passo diz: «Quando a legislação corporativa foi promulgada, o Conselho Confederal, reunido clandestinamente [...] aprovou o plano de acção, elegeu um Comité de Acção e autorizou o Secretariado Confederal, composto por Mário Castelhana, José Francisco e Manuel Henriques Rijo,

³⁹ Ver Artur Ramos, «No 1.º de Maio. Pela união dos trabalhadores», in *República Social*, n.º 580, de 29 de Abril de 1933. O jornal *Unidade*, órgão dos empregados no comércio e na indústria, isto é, do Sindicato dos Empregados Bancários de Lisboa, da AC dos Empregados de Escritório, da AC dos Ajudantes de Despachante da Alfândega de Lisboa e da AC dos Caixeiros de Lisboa, na sua edição de 1 de Maio de 1933, afirma desejar «ardentemente que todos os sindicatos de Lisboa se unam solidamente, formando a Comissão de Unidade da Região de Lisboa» (*Unidade*, n.º 15, de 1 de Maio de 1933, cit. em José Pedro Castanheira, *op. cit.*, p. 40). Por sua vez, em Junho de 1933, *O Metalúrgico*, Boletim do Grupo de Defesa Sindical (comunista), é encabeçado por um apelo que tem por título «Frente Única» e insere um artigo, «A Constituição e os sindicatos», que termina igualmente a apelar para «a realização da plataforma da frente única da CIS».

⁴⁰ «É que», diz Alexandre Vieira, «se se mantém o mesmo silêncio que se tem notado até agora, é bem possível que a tal silêncio se venha a dar uma interpretação errada por parte não apenas dos elementos que têm sistematicamente ideias opostas às nossas, mas também — e isso seria de efeitos lamentáveis — por parte dos elementos da nossa própria grei» (*O Tipógrafo*, n.º 19, de Junho de 1933, transcrito em Alexandre Vieira, *No Domínio das Artes Gráficas*, Lisboa, ed. do autor, 1967, pp. 30-31).

⁴¹ Emídio Santana, *Memórias de Um Militante Anarco-Sindicalista*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, s. d., p. 209.

a dirigir-se aos sindicatos não aderentes, propondo-lhes um plano de acção comum e que se integrassem num Comité conjunto⁴².

O «entorpecimento da sociedade portuguesa, as suas assimetrias, a dispersão relativa e a dimensão das classes trabalhadoras assalariadas [...], as condições de crise», considerados como «factores que poderiam abrir cedências a troco de promessas ou em pequenos lotes», e a convicção de que «a luta [...] ocorreria principalmente nas cidades ou pouco mais» teriam sido, segundo Emídio Santana, as razões que haviam estado na origem das opções da CGT⁴³.

A versão dada, em 1938, por Manuel Joaquim de Sousa, que, encontrando-se preso à data dos acontecimentos, utiliza o relato de «um camarada», é sensivelmente idêntica. Segundo o referido camarada, «estavam em curso os trabalhos de auscultação do estado geral dos sindicatos⁴⁴, quando surgiu a publicação dos decretos de fascização dos sindicatos. A CGT toma rapidamente a posição de combate. O seu primeiro trabalho foi uma circular a toda a organização, incitando-a a não aceitar os decretos e a entrar decididamente na clandestinidade, pondo em guarda tudo quanto aos sindicatos pertencia». E o «movimento de protesto e reivindicação» só conseguiria «triumfar se derrubasse a ditadura»⁴⁵.

Tenham sido ou não estas as razões que, na altura, foram decisivas na opção tomada pelos dirigentes anarco-sindicalistas, e houvesse ou não outra saída, o que é certo é que a CGT preconiza e defende a ideia de greve geral, greve que se queria fosse insurreccional e que deveria ser preparada sigilosamente e lançada de surpresa.

Os comunistas e a CIS vão, tudo indica, oscilar de posição entre Agosto e Dezembro de 1933. Numa circular de 7 de Agosto —isto é, quando os decretos da corporativização são publicados na imprensa—, a CIS, considerando a legislação anunciada «inaceitável» e «uma questão de vida ou de morte para todo o movimento sindical», retoma a sua velha ideia de «Frente Única»⁴⁶. Contra os anunciados decretos, preconiza uma «intensa campanha de propaganda e agitação», tanto ao nível nacional como nos locais de trabalho, e tanto «por meio de manifestos» como através de «artigos na imprensa legal», bem como a realização de assembleias gerais nos sindicatos e associações de classe, «efectuadas legalmente, adoptando resoluções regulares, protestando contra o decreto colete-de-forças e afirmando a dis-

⁴² Emídio Santana, *Memórias [...]*, p. 211.

⁴³ *Id.*, *ibid.*, p. 210.

⁴⁴ Da sequência do relato transcrito por Manuel Joaquim de Sousa depreende-se que a auscultação ao estado geral dos sindicatos possa estar ligada ao projecto de relançamento do jornal *A Batalha*. Ver Manuel Joaquim de Sousa, *Últimos Tempos da Acção Sindical Livre e do Anarquismo Militante*, Lisboa, Antígona, 1989.

⁴⁵ Ver Manuel Joaquim de Sousa, *Últimos Tempos [...]*, p. 120.

⁴⁶ Circular da CIS dirigida a todas as organizações sindicais em Agosto de 1933 e parcialmente transcrita em Ramiro da Costa, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal — 2.º Volume — 1930-1935*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1979, p. 35.

posição legal dos sócios [...] não se sujeitarem à modificação dos estatutos pelo referido decreto»⁴⁷. Segundo Ramiro da Costa, que transcreve longos extractos desta circular, todo o trabalho de agitação e propaganda e as decisões das assembleias gerais das associações de classe deveriam convergir para a realização de uma greve geral, «prevendo a hipótese de o Governo persistir na [...] execução [do Decreto-Lei n.º 23 050]»⁴⁸.

As acções de agitação e propaganda, bem como as assembleias gerais, deviam assentar numa série de reivindicações políticas, económicas e sociais, em que a questão da liberdade sindical e a da greve ocupavam lugar de destaque⁴⁹.

Em resumo, a primeira posição expressa pela CIS acentuava a necessidade de uma acção de mobilização gradual e com carácter legal. A própria greve geral surgia referida no condicional e é de admitir que tivesse um carácter pacífico ou, pelo menos, não insurreccional.

Mas, entre Outubro e finais de Novembro de 1933 —as datas são fluidas—, tanto Ramiro da Costa como Manuel Sertório assinalam uma viragem nas posições da CIS e dos comunistas⁵⁰. As palavras de ordem já não são as de rejeição do Decreto-Lei n.º 23 050, em assembleias gerais nas associações de classe. A greve geral passa a ser um objectivo não hipotético, mas seguro, e a ter igualmente carácter insurreccional. Basta dizer que, entre as acções a levar a cabo quando do seu lançamento, os dirigentes da CIS falam agora em «prender as autoridades e todos os grandes proprietários [...]; organizar milícias operárias e o controlo operário nas fábricas. Tomar conta dos bancos. Expropriar as terras dos grandes proprietários e distribuí-las por camponeses pobres...» Se não era «o comunismo ainda», era contudo a «revolução democrática burguesa... uma república verdadeiramente popular»⁵¹.

Os socialistas, esses, estão numa posição particularmente incómoda. Primeiro, porque o regime recupera, desvirtuando, algumas das suas propostas políticas, caso designadamente da «Câmara Corporativa»⁵². Segundo, porque, por doutrina e idiossincrasia, são legalistas e concebem mal uma acção fora dos quadros da legalidade. Ou, para usar uma máxima que apre-

⁴⁷ Ramiro da Costa, *Elementos [...]*, pp. 35-36.

⁴⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 36.

⁴⁹ *Id.*, *ibid.*, pp. 36-37.

⁵⁰ Bento Gonçalves ausentara-se para Madrid em meados de Outubro de 1933. No texto escrito no Tarrafal, «Duas palavras», Bento Gonçalves aponta «a tendência geral para a acção directa» como dominante, na altura, no interior do PCP («Duas palavras», in *Bento Gonçalves*, Porto, A Opinião, 1976, pp. 137-138).

⁵¹ Circular não datada e transcrita parcialmente em Ramiro da Costa e que o autor diz ser posterior a Outubro de 1933, *op. cit.*, p. 38. Manuel Sertório fala igualmente de uma segunda circular da CIS, datada de 1 de Dezembro de 1933, mas ignoramos se se trata da mesma. Ver Manuel Sertório, «Em torno do 18 de Janeiro», in *Estudos do Comunismo*, n.º 2, 1984, p. 10.

⁵² Ver comentário de Ramada Curto, «Estado corporativo», in *República Social*, n.º 579, de 22 de Abril de 1933.

ciavam, «as revoluções improvisadas nunca tiveram êxito»⁵³. Fazem uma crítica cerrada do novo quadro constitucional e sindical⁵⁴. Fazem também apelo à criação de uma «plataforma de entendimento», e, já em fins de Agosto, encontram-los a preparar a retirada e a sobrevivência das suas estruturas associativas⁵⁵. A linha geral é a de entrincheiramento na organização cooperativa. Quinze dias antes de terminar o prazo dado às associações de classe para se reconverterem em sindicatos nacionais, o secretário-geral do Partido Socialista confirmava formalmente aquela orientação: «Excluído das lutas sindicais, excluído das lutas políticas, umas e outras postas de parte, o operário português pode e deve integrar-se completamente no associativismo económico, no associativismo educativo [...]. Novo rumo? Em rigor, não; apenas rectificar a directriz. O cooperativismo constituiu sempre um dos vértices do triângulo em que assentava a vida operária; se as circunstâncias eliminaram de momento, nesse triângulo, dois lados, a cooperação passa de um salto a constituir o centro das nossas actividades...»⁵⁶.

Note-se, no entanto, que nem esta orientação nem a vocação legalista acima referidas impedem que a FAO participe no «Comité de Unidade» que organizará o «18 de Janeiro»⁵⁷. A «fuga para a frente» tornara-se património comum do movimento.

É inútil entrar na polémica acerca da autoria da proposta de constituição de «Frente Única», ou ainda sobre a quem vai caber a responsabilidade da sua não concretização⁵⁸. A 6 de Novembro, o Governo publica uma nova lei equiparando a greve política a «rebelião».

Mesmo assim, ou porque assim foi, entre os dirigentes e militantes de esquerda, a tendência a favor da greve insurreccional acabaria por ganhar

⁵³ A máxima é de Jules Rassac e aparece citada, por exemplo, em *República Social* de 29 de Abril de 1933.

⁵⁴ Ver designadamente os artigos de José Augusto «O misticismo operário e a sua organização de classe», e «A eficiência da democracia. A democracia social», in *República Social*, n.º 601, de 23 de Setembro de 1933, e n.º 610, de 2 de Dezembro de 1933.

⁵⁵ Entre fins de Agosto e princípios de Setembro realizam-se várias assembleias gerais da Casa do Povo de Lisboa, algumas com a presença de delegados das suas filiais, decidindo transformá-la em «Sociedade Cooperativa União Geral dos Trabalhadores». Ver *República Social*, n.ºs 597, 598 e 599, respectivamente de 26 de Agosto e 2 e 9 de Setembro de 1933.

⁵⁶ Alfredo Franco, «Novos rumos — serenidade e confiança», in *República Social*, n.º 612, de 16 de Dezembro de 1933. No início do artigo, paginado como editorial, Franco alude «aos impacientes, aos fantasistas, aos iluminados, de uma maneira geral aos fracos», aos que se deixam «esmagar pela derrota, que, tantas vezes, só existe na sua fraqueza de ânimo». «Essa fraqueza ilude-se, por momentos, e tenta estupidamente iludir os outros: com entusiasmos estêreis, com violências inusitadas; a derrota assume então aspectos de catástrofe, tão certo ser bem pior que uma violência, um acto de estupidez.» E prossegue: «Conta-se que os caçadores americanos, quando perdidos na floresta, a primeira coisa que fazem é sentarem-se e acender o lume para aquecer o chá. Quer dizer, nos momentos trágicos que decidem da vida humana, a salvação só pode ser encontrada no sangue-frio, na serenidade absoluta.»

⁵⁷ Ver, por exemplo, a referência à participação de José Augusto Machado em *O 18 de Janeiro de 1934 e Alguns Antecedentes*, depoimento colectivo, Lisboa, 1978, Regra do Jogo, p. 124 (carta de Manuel Henriques Rijo datada de 1 de Agosto de 1935).

⁵⁸ Sobre a questão da «Frente Única», ver Manuel Sertório, *op. cit.*

terreno, culminando no «18 de Janeiro», cujo balanço seria trágico para o movimento sindical⁵⁹.

AS AG DAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

Passámos em revista as atitudes das principais correntes. Regressemos às associações de classe, que deveriam decidir, até 31 de Dezembro, da sua dissolução ou integração no quadro corporativo.

Um pequeno mistério rodeia a realização das assembleias gerais das associações de classe. Os estudiosos, por falta de informação ou talvez influenciados pelas memórias de alguns dos protagonistas — que ora as negam ora as localizam erradamente⁶⁰ —, só acidental e indirectamente se lhes referem. Para lá da confirmação da sua existência por parte de alguns ex-dirigentes — casos de Bento Gonçalves e de Alexandre Vieira⁶¹ — e de ser difícil conceber que, pelo menos as associações não filiadas na CGT, tivessem todas entrado na clandestinidade, havia duas pistas suplementares que nos levavam a pensar terem elas de facto acontecido. A primeira era feita de silêncios. Tratava-se de pequenas notícias, saídas na imprensa de grande tiragem, referindo a realização de assembleias gerais em vários sindicatos, das quais, por sistema, não era dado o conteúdo. A segunda, ao contrário, era excessivamente visível. Tratava-se da informação que Pedro Teotónio Pereira fez publicar na imprensa, a 25 de Janeiro de 1934, e no *Boletim do INTP*, em resposta às moções das associações de classe e em que transcrevia largos extractos de uma delas⁶².

Acabámos por encontrar no Arquivo do Ministério do Emprego e Segurança Social uma série de relatórios policiais sobre 45 assembleias gerais referentes a 35 associações de classe de Lisboa, realizadas entre 8 de Novembro e 30 de Dezembro de 1933.

⁵⁹ A avaliação dos méritos do 18 de Janeiro varia consoante as correntes e com o tempo. A maior parte das memórias dos contemporâneos constroem o mito, perdem-se na reconstituição dos erros que levaram ao fracasso ou em recriminações acerca das culpas. O testemunho de Bento Gonçalves não é insuspeito, mas não andarão longe da verdade em relação às consequências da greve insurreccional: «[...] a organização independente da classe operária portuguesa foi totalmente derrotada»; «[...] os quadros do movimento sindical foram destroçados em mais de 90 %, quer pelo número de prisões efectuadas, quer pelo número de deserções» (ver «Duas palavras», in *Bento Gonçalves*, cit., p. 139).

⁶⁰ Por exemplo, Manuel Joaquim de Sousa não se lhes refere. Emídio Santana nega a sua existência antes do 18 de Janeiro: «Até ao 18 de Janeiro ninguém teve a idiotia de propor a realização de assembleias para impedir a fascização dos sindicatos; a ideia é divulgada mais tarde para dar a justificação da tal utilização das condições legais», in *O 18 de Janeiro de 1934 e Alguns Antecedentes*, depoimento colectivo, Lisboa, Regra do Jogo, 1978, p. 99; e in *Memórias [...]*, p. 213.

⁶¹ Ver Bento Gonçalves, «Duas palavras», in *op. cit.*, p. 136, e Alexandre Vieira, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 211.

⁶² Ver *Boletim do INTP*, n.º 5, de 31 de Janeiro de 1934. Esta informação viria ainda a ser publicada sob a forma de brochura.

Todas têm como ordem de trabalhos a posição a tomar perante o Decreto-Lei n.º 23 050. Importa fazer duas observações. Em todas as assembleias, a polícia está presente. As repetições que se verificam entre 8 de Novembro e 30 de Dezembro devem-se ou a resultados inconclusivos e à continuação da discussão, ou ao facto de as assembleias terem sido suspensas pela polícia (caso dos Profissionais de Imprensa, dos Mecânicos de Açúcar, dos Descarregadores do Porto de Lisboa), voltando a realizar-se segunda e às vezes terceira.

Se pensarmos no total de associações de classe que então existem em Lisboa — na ordem das 100 —, estamos perante um número limitado que significa, provavelmente, fonte incompleta. Mas que também poderá indiciar que, de facto, muitas associações teriam seguido a palavra de ordem da CGT, não realizando assembleias. Ou ambas as coisas. Mas a diversidade de grupos profissionais que aparecem entre as 35 associações e a variedade de posições tomadas tornam o seu número suficiente para entendermos o clima e os argumentos que os sindicalistas esgrimem a favor ou contra o Decreto-Lei n.º 23 050.

Os relatórios policiais são, naturalmente, de valor desigual. Mas quase todos assinalam o número de presenças, mesmo se estamos perante valores pouco rigorosos⁶³. Muitos dão-nos o teor das intervenções, o resultado das votações, os incidentes que se registam durante as assembleias e sobretudo transcrevem na íntegra os documentos ou as moções que nelas os sócios discutiram e aprovaram, o que os torna uma fonte preciosa.

Não é possível fazer aqui uma análise detalhada das assembleias de cada associação, nem sequer uma análise completa do conjunto das assembleias. Limitar-nos-emos a fazer três observações sobre resultados, mobilização e dirigentes para depois nos concentrarmos na argumentação, no modo como olham o novo ordenamento sindical.

Das 35 associações de classe que se reúnem até 31 de Dezembro de 1933, 14 recusam a integração na nova ordem corporativa, 20 aceitam-na. Numa, o resultado da votação é o empate, caso dos ajudantes de farmácia⁶⁴.

Votam contra o Decreto-Lei n.º 23 050: os jornalistas (profissionais de imprensa), os metalúrgicos, os ferroviários, os arsenalistas da marinha, os caixeiros, os profissionais de hotelaria (tendência socialista), os empregados da Carris, pasteleiros e confeitores, motoristas, pessoal dos telefones, a AC do Pessoal dos Tabacos e a AC dos Empregados na Indústria dos Tabacos e, naturalmente (porque condenados à extinção por força da lei), dois sindicatos de funcionários públicos: os dos Empregados do Estado e do Pessoal de Exploração do Porto de Lisboa.

⁶³ O facto de os números terminarem frequentemente em zero é sintomático.

⁶⁴ Estão presentes na assembleia 34 ajudantes de farmácia. Surgem duas moções. Uma, proposta pela direcção, a favor da aceitação do decreto e outra, de um grupo de sócios, contra. Ambas as moções têm 17 votos. Ver relatório do Comando da PSP n.º 89, de 17 de Dezembro de 1933. Arquivo do Ministério do Emprego e Segurança Social (MESS), caixa 204.

Cinco destas associações votam a dissolução propondo a entrega dos bens das AC à secção escolar (caso do pessoal dos tabacos), à caixa de reformas ou associação de socorros mútuos (casos dos empregados na indústria dos tabacos e empregados do Estado), à cooperativa da classe já existente (caso da hotelaria) ou a criar (pessoal da exploração do porto de Lisboa)⁶⁵.

A Associação de Classe dos Empregados na Indústria dos Tabacos começara por propor e chegara a fazer diligências para a criação de «um sindicato único» de indústria, só optando pela dissolução perante a resposta negativa do Subsecretariado das Corporações⁶⁶.

Por sua vez, os 100 arsenalistas da marinha, reunidos em AG, mais do que dissolução, votam um documento a dirigir ao presidente da República, presidente do Ministério e ministros, pedindo que «sejam revogados os decretos que organizam o trabalho nacional e os sindicatos». Mas aprovam igualmente a criação de uma comissão liquidatária dos bens do sindicato, para a eventualidade de a resposta das autoridades ser negativa. Resposta negativa que equivaleria à sua dissolução, visto serem trabalhadores do Estado⁶⁷.

No caso dos ferroviários — uma das assembleias mais populosas, com 400 sócios presentes —, ainda que a moção contra o Decreto-Lei n.º 23 050 seja aprovada por maioria, os sócios dividem-se, havendo vozes, entre as quais a de um ex-dirigente sindical, que defendem a transformação da AC em Sindicato Nacional⁶⁸. A votação dos 150 empregados da Carris presentes na assembleia geral contra o Decreto-Lei n.º 23 050 é esmagadora. Mas é preciso dizer que um núcleo de sócios — não presentes na AG, tudo indica porque minoritários e também porque tinham sido expulsos da AC — havia anteriormente criado uma Comissão Colectiva de Salvação do Sindicato, grupo que depois irá estar na origem do Sindicato Nacional.

Aceitam transformar-se em sindicatos nacionais: todos os sindicatos dos portuários⁶⁹; diversos sindicatos de profissões liberais⁷⁰; Mecânicos de Açúcar, Empregados dos Fósforos Lisbonenses; Oficiais Maquinistas da Marinha Mercante; Oficiais da Marinha Mercante; Sindicato da Imprensa; Manipuladores de Tabaco e ainda Construtores Civis e Mestres-de-Obras, Maquinistas Teatrais, Toureiros, Empregados Mutualistas e Empregados de Clubes e Casas de Recreio.

⁶⁵ Deliberando esta última que, na eventualidade de a Cooperativa não ser criada, os bens deveriam ser entregues à Voz do Operário. De notar que a AC dos Profissionais de Hotelaria, que vota pela dissolução, é a de influência socialista, porque o sindicato «xenófobo», esse irá transformar-se em sindicato nacional.

⁶⁶ Relatório do Comando da PSP n.º 99, de 30 de Dezembro de 1933.

⁶⁷ Relatório Comando da PSP n.º 98, de 29 de Dezembro de 1933, sobre a AG realizada a 28 do mesmo mês.

⁶⁸ Id. e relatório extraordinário da Polícia Internacional de 29 de Dezembro de 1933.

⁶⁹ Estivadores, Conferentes Marítimos, Descarregadores do Porto de Lisboa, Pessoal do Tráfego.

⁷⁰ Médicos, Professores do Ensino Particular, Músicos, Protésicos Dentistas, Regentes Agrícolas.

Os relatórios indicam o número aproximado de sócios participantes em 43 das 45 AG, num total de 2962 presenças. Se tivermos apenas uma AG por cada associação, escolhendo a mais populosa, chegaremos a um total de 2519 sócios em 35 AG de 35 sindicatos. E a uma média de 72 pessoas por reunião. A assembleia mais populosa é a dos Ferroviários, com 400 presenças; a mais exígua, a dos Oficiais Maquinistas da Marinha Mercante, com apenas 10 pessoas. A mobilização é claramente mais forte nos sectores que votam contra o decreto, média de 97 sócios por reunião, contra 56 nos que votam a favor da integração.

Se recorrêssemos a outras fontes, encontraríamos mais exemplos, tanto no sentido da rejeição como no da aceitação do Decreto-Lei n.º 23 050. Entre as associações que rejeitam ou não realizam assembleias, acabando por serem dissolvidas, estão, por exemplo, a AC dos Empregados no Comércio do Porto, a AC dos Fragateiros de Lisboa, a AC do Pessoal de Câmara de Navegação de Longo Curso, a União dos Barbeiros de Lisboa, a AC dos Marinheiros da Marinha Mercante de Lisboa; a AC dos Carpinteiros Navais de Lisboa e o Sindicato dos Vidreiros da Marinha Grande.

Em contrapartida, entre as que aderem e se transformam em sindicatos nacionais encontramos casos como o de uma das AC dos Manipuladores de Pão de Lisboa, a Associação Portuguesa de Empregados Bancários (nacionalista), a AC dos Conserveiros de Matosinhos, a AC dos Tanoeiros de Gaia, o Sindicato Nacional dos Profissionais da Indústria Hoteleira e Similares de Lisboa (tendência xenófoba) ou os Sindicatos (católicos) dos Empregados e Operários da Indústria de Lanifícios e da Construção Civil da Covilhã.

A política seguida pelo Subsecretariado das Corporações vai ser, de resto, a de não só aproveitar a herança das antigas associações de classe, como a de «assimilar» antigos dirigentes e militantes⁷¹. É esta orientação que, remontando a 1934, se encontra expressa num ofício dirigido ao director da PVDE em Junho de 1935. Juntando, em anexo, uma lista de nomes de ex-dirigentes sindicais considerados «com passado de certo modo duvidoso», o director dos Serviços de Acção Social explica o método e a razão de ser de tal política.

«Seguindo-se a tática já ensaiada com sucesso no ano anterior, foram chamados esses indivíduos e foi-lhes posta a questão com toda a clareza: que se estava informado da sua actuação anterior e que se pretendia saber se a sua situação presente representava, como era de esperar, uma adesão formal e incondicional aos princípios da ordem social do Estado Novo.

«Na sua totalidade, os indivíduos não negaram ter sido militantes, embora sem actos criminosos, e afirmaram o seu propósito franco de cooperar com lealdade. Foi-lhes dito que ia ser sancionada a eleição e que seriam cuidadosamente vigiados, a fim de ser verificado pelos seus actos se merecem ou não confiança.

⁷¹ O problema, do ponto de vista organizativo, é analisado noutro capítulo do trabalho, pp. 334 e segs.

«A experiência demonstrou que os indivíduos servindo nos sindicatos nacionais — fora os casos de manifesto jogo comunista, em que apenas é de seguir a medida radical recentemente adoptada com os Trabalhadores do Tráfego do Porto de Lisboa⁷² — ficaram a breve trecho desligados dos agitadores, que os consideram traidores às classes. Tudo está porém em vigiar os sindicatos e os indivíduos em questão, a fim de que as coisas se inclinem para o bom lado e surta portanto efeito *a tática de assimilação adoptada.*»⁷³

Na generalidade das associações de classe, que, por vontade expressa dos associados, se transformam em sindicatos nacionais, a tendência dominante é para a continuidade dos dirigentes e militantes, se não de todos, de uma boa parte. Mas, nas que foram dissolvidas, seja por deliberação expressa dos associados em assembleia, seja por não se terem reunido em tempo útil, também não é raro encontrar, nos sindicatos nacionais que depois se formam, ou tão-só nas suas comissões organizadoras, dirigentes e militantes oriundos das antigas associações de classe e de praticamente todas as correntes ideológicas. Sem querer fazer uma enumeração exaustiva, entre os SN em cujas comissões organizadoras ou em cujos corpos directivos vamos encontrar elementos vindos das antigas AC poderíamos dar, a título de exemplo, o dos Mineiros de Aljustrel, o dos Vidreiros da Marinha Grande, o dos Operários da Indústria de Lanifícios da Covilhã (de esquerda), o dos Profissionais da Indústria Hoteleira do Porto, o dos Fragateiros de Lisboa, o dos Tanoeiros de Lisboa e de Almada, o dos Manipuladores de Pão de Setúbal, o dos Fogueiros de Mar e Terra, o da União dos Barbeiros de Lisboa, o dos Marinheiros da Marinha Mercante, o dos Maquinistas e Motoristas Fluviais do Porto e Distrito de Lisboa, o dos Ajudantes de Farmácia de Lisboa, o dos Fósforos do Porto, o dos Pescadores do Distrito de Setúbal.

Muitos dirigentes e militantes recusaram, sem dúvida, a «assimilação» e alguns pagaram bem caro por isso. Mas muitos houve também que acabaram, a gosto ou a contragosto, por a aceitar.

3. OS ARGUMENTOS E AS OPÇÕES

Conhecendo o sistema de valores e os princípios ideológicos por que se regia a maioria das associações de classe no período anterior a 1933 — estivessem elas filiadas ou não em qualquer das três centrais e desenvolvessem uma acção de carácter mais revolucionário ou reformista —, o Decreto-Lei n.º 23 050 constituía, independentemente da posição que cada uma das associações iria tomar, um corte radical com o passado: pela dependência em relação ao Estado que impusera; pela orientação una e monolítica que con-

⁷² De facto, a 14 de Maio de 1935 fora retirado o alvará ao S. N. dos Trabalhadores do Tráfego do Porto e Distrito de Lisboa (ver *Boletim do INTP*, n.º 12, de 15 de Maio de 1935).

⁷³ Cópia do officio 111-A do director dos Serviços de Acção Social ao director da PVDE, de 21 de Junho de 1935. Arq. MESS, caixa 205.

sagrara. É certo que, sob o regime instituído em 1891, as associações de classe não estavam inteiramente isentas do controlo e até de certas ingerências do Estado⁷⁴. Mas, aos olhos de boa parte dos sindicalistas de 1933, nunca aquele se arrogara de tantos e tão grandes poderes. É o que, de várias maneiras e feitos, algumas associações de classe dizem nos pareceres e moções que, sobre e contra o Decreto-Lei n.º 23 050, apresentam ou aprovam nas assembleias gerais de Novembro e Dezembro de 1933.

O Decreto de 9 de Maio de 1891, contra o qual o movimento operário ainda se batia em vésperas do golpe militar de 1926, era agora apontado como garante de liberdade e «arma poderosa» que os trabalhadores possuíam.

A direcção do Sindicato dos Profissionais de Imprensa, no parecer sobre «o novo direito associativo» que pusera à consideração dos associados na AG de 8 de Novembro de 1933, referindo-se ao velho Decreto de 9 de Maio de 1891, afirmava: «Não será preciso recordar-vos as liberdades que, à sombra desta lei, o Sindicato fruiu sempre e das quais se mostrou digno, cuidando apenas dos interesses morais, culturais e económicos dos seus associados.»⁷⁵

O Decreto-Lei n.º 23 050, esse, significava «a supressão dessas liberdades» e esta «uma grave injustiça contra os profissionais da imprensa, elementos de ordem, actividade e progresso na sociedade portuguesa»⁷⁶. A simples leitura dos decretos que estabeleciam a nova organização corporativa dava aos dirigentes dos jornalistas uma certeza: a de que «o pensamento do Governo é o de tomar todas as posições associativas, tal como já tomou todas as posições políticas, só permitindo a actividade do grupo partidário a que se apoia»⁷⁷.

Por sua vez, a moção aprovada pela Associação dos Caixeiros de Lisboa a 5 de Dezembro de 1933, e que virá a ser retomada, na íntegra, pelo Sindicato Único dos Metalúrgicos de Lisboa — e que Pedro Teotónio Pereira escolhe na sua resposta às associações de classe⁷⁸ —, considerava que «a organização sindical [criada ao abrigo do Decreto de 1891], não obstante todos os obstáculos que o Estado lhe opunha, constituía uma arma poderosa, que os trabalhadores possuíam para resistirem às investidas dos exploradores»⁷⁹.

⁷⁴ Para as quais Manuel de Lucena chamou a atenção em *A Evolução do Sistema Corporativo [...]*, vol. 1, pp. 228-231.

⁷⁵ Parecer apresentado pela direcção do Sindicato dos Profissionais de Imprensa aos associados na assembleia geral realizada em 8 de Novembro de 1933 e transcrito na íntegra no Relatório n.º 67 do Comando da PSP, de 9 de Novembro de 1933. Arq. do MESS, caixa 204.

⁷⁶ Id.

⁷⁷ Id. Na assembleia em que é apresentado este parecer estão presentes 70 jornalistas. A discussão de várias propostas continuará numa AG realizada a 14 de Novembro, com a presença de cerca de 100 sócios.

⁷⁸ Transcrevendo longos extractos desta moção (ver *Boletim do INTP*, n.º 5, de 31 de Janeiro de 1934).

⁷⁹ Moção aprovada pela Associação dos Caixeiros de Lisboa, na sua assembleia geral de 5 de Dezembro de 1933, e transcrita na íntegra no Relatório 88, do Comando da PSP, de 17 de Dezembro de 1933. Presentes 50 caixeiros. Ver também o Relatório n.º 96 do Comando da PSP,

A «nova estrutura corporativa» era acusada de reduzir «os trabalhadores à mais aviltante vassalagem, consignando-lhe como dever mais estrito a mais cega obediência, negando-lhe o direito de reivindicações e colocando-os na situação de tutelados, como se tratasse de interditos, sujeitando até ao controlo do Estado a mesquinha e ilusória acção que o estatuto corporativo lhes estabelece»⁸⁰.

Para os ferroviários, o Decreto-Lei n.º 23 050 representava «a pura e simples supressão das liberdades associativas e [da] luta de classes». Mais: forçava «as classes proletárias a seguirem pura e simplesmente as finalidades do Estado, impelindo-as a emiscuírem-se em política» — e não apenas na política do grupo partidário em que o Governo se apoiava, como diziam os jornalistas —, o que, para os ferroviários, era contrário aos «interesses associativos e à estrutura dos sindicatos e associações de classe»⁸¹.

A proibição de o Sindicato estabelecer relações com «os camaradas de além-fronteiras sem prévia autorização do Governo» era igualmente considerada «incompreensível e vexatória», tanto mais quanto havia «outras poderosas organizações, com fundas raízes instaladas em Portugal e de carácter internacional», que podiam «continuar livremente com as suas relações com o estrangeiro»⁸².

O esvaziamento dos poderes do sindicato e a absorção pelo Estado das funções que deviam pertencer aos associados — desde a fiscalização das contas até à sanção dos corpos administrativos —, a que se juntava a dissolução do sindicato e a punição severa dos seus dirigentes em caso de apoio a greves, transformavam os sindicatos em «positivos instrumentos políticos do Governo, sem valor absolutamente algum para os trabalhadores»⁸³. Segundo os jornalistas, «os estatutos organizados dentro de tal sistema resultarão num instrumento que anula a vida associativa»⁸⁴.

Mesmo associações como a dos Empregados da Companhia Carris de Ferro de Lisboa — que os comunistas qualificam então de «corporação mais

de 27 de Dezembro de 1933, sobre a AG dos Metalúrgicos, na qual participam cerca de 100 sócios. Arq. MESS, caixa 204.

⁸⁰ Id.

⁸¹ Moção apresentada e aprovada por maioria na assembleia geral do Sindicato dos Ferroviários realizada a 28 de Dezembro de 1933 e transcrita na íntegra em Relatório do Comando da PSP n.º 98, de 30 de Dezembro de 1933. Estão presentes cerca de 400 sócios. Sobre esta assembleia ver também Relatório Extraordinário da Polícia Internacional Portuguesa de 29 de Dezembro de 1933. Arq. MESS, caixa 204.

⁸² Id. Os jornalistas são mais explícitos, mas usam um argumento ligeiramente diferente. A propósito da aberração de os sindicatos serem impedidos de estabelecer relações com associações estrangeiras e de tais relações ficarem sujeitas ao «policiamento» do Estado, afirmam a dado passo: «E podemos citar um grande exemplo que confirma a nossa opinião: não há maior organização internacional do que a igreja católica; todavia, dentro de cada país, ela exerce a sua actividade no plano nacional e nenhum governo se lembrou de fiscalizar ou condicionar as relações que os católicos e seus organismos mantêm com os estrangeiros (parecer apresentado pela direcção do Sindicato dos Profissionais de Imprensa, cit.).

⁸³ Moção aprovada na assembleia geral do Sindicato dos Ferroviários, cit.

⁸⁴ Parecer apresentado pela direcção do Sindicato dos Profissionais da Imprensa, cit.

retardatária na luta de classes»⁸⁵ —, na moção que contra o Decreto-Lei n.º 23 050 foi aprovada, a 16 de Dezembro de 1933, consideravam um absurdo a homologação dos dirigentes sindicais. Argumentando que foram e são os associados «que sustentam o sindicato com as suas quotizações», «que o organizaram e fazem funcionar», concluem que «só eles têm direito a escolher livremente quem o deve administrar», não podendo nem devendo os seus membros renunciar a esse direito⁸⁶.

Ainda que com importância desigual, quase todas as moções assinalavam a injustiça que constituía o facto de às associações patronais não serem feitas as mesmas exigências. Ao deixar «os sindicatos patronais inteiramente à vontade», isto é, regendo-se pela Lei de 1891, o legislador revelava — dizia a moção dos operários da Carris — «o propósito de operar a reorganização sindical em prejuízo dos operários e em benefício dos patrões», autorizando «a interpretar a colaboração de classe [...] como subordinação da classe operária à classe patronal», o que, em seu entender, brigava «com todos os princípios fundamentais que deram origem à organização do [...] Sindicato...»⁸⁷.

AS CONVICÇÕES E OS INTERESSES

Havia, sem dúvida, sindicatos de criação recente formados por grupos que se haviam cindido das associações de classe originais, ou associações antigas que, tendo permanecido intactas, já antes da publicação do Decreto-Lei n.º 23 050 se diziam integrados na ordem corporativa.

É o caso, por exemplo, do Sindicato Nacional dos Profissionais da Indústria Hoteleira e Similares, que, criado em 1931, agrega, sobretudo, ou quase exclusivamente, trabalhadores portugueses e se forma contra a velha associação de classe, próxima e depois filiada na FAO, sob o pretexto de aquela ser dominada por trabalhadores galegos e não defender suficientemente os nacionais⁸⁸. É este sindicato que, em assembleia geral extraordinária, realizada a 26 de Novembro de 1933, com a presença, segundo os próprios, de 200 trabalhadores, decide elaborar novos estatutos em conformidade com o Decreto-Lei n.º 23 050, não sem retomar a questão dos trabalhadores estrangeiros, contra cuja entrada no Sindicato a maioria se manifesta⁸⁹.

⁸⁵ «As primeiras lições da jornada de 18 de Janeiro», documento do Secretariado do PCP, 1934, com introdução e notas de António Ventura, in *Estudos sobre o Comunismo*, 2, Janeiro-Abril de 1984, p. 50.

⁸⁶ Moção aprovada na assembleia geral da Associação de Classe dos Empregados da Companhia Carris de Ferro de Lisboa a 16 de Dezembro de 1933, transcrita na íntegra no Relatório n.º 88 do Comando da PSP, de 17 de Dezembro de 1933. Presentes 150 associados. Esta moção havia sido proposta pela Federação. Arq. MESS, caixa 204.

⁸⁷ Id.

⁸⁸ Ver o jornal deste Sindicato Nacional, *A Voz da Razão*, começado a publicar em 1 de Dezembro de 1932.

⁸⁹ Ver «Assembleia geral», in *A Voz da Razão*, n.º 11, de Novembro de 1933, e «À classe», *ibid.*, n.º 12, de Dezembro de 1933. Será depois o INTP que modera os ímpetos xenófobos deste sindicato. Por sua vez, a AC dos Profissionais da Indústria Hoteleira, filiada na FAO e que

É o caso da Associação Portuguesa dos Empregados Bancários, criada em Dezembro de 1932 por bancários oriundos do integralismo e do nacional-sindicalismo, que se cindem, depois de terem falhado a conquista, por dentro, do Sindicato dos Empregados Bancários de Portugal. Será também esta Associação que, em assembleia realizada a 6 de Novembro, se transforma em Sindicato Nacional⁹⁰.

É o caso dos Sindicatos católicos dos Empregados e Operários da Indústria de Lanifícios e da Construção Civil da Covilhã, a que já nos referimos largamente na primeira parte e do qual vai sair um dos sindicatos nacionais de lanifícios da Covilhã: o dos Empregados e Técnicos.

Mas é também o caso da Associação de Classe dos Operários das Conservas de Matosinhos, que, sem conhecer propriamente cisões, adere, em Agosto de 1933 — ainda antes da publicação oficial do ETN e do Decreto-Lei n.º 23 050 —, aos princípios corporativos⁹¹.

Encontramos ainda associações que são dirigidas ora por elementos moderados e de direita, ora por elementos de esquerda, tal como encontramos, aqui e além, minorias activas que perfilham ou são receptivas às ideias corporativas e nacionalistas.

Entre as primeiras poderíamos citar o exemplo da Associação de Classe dos Empregados da Carris de Lisboa, que, nos anos de 1929-30, tem na sua direcção elementos que se dizem católicos e nacionalistas — entre os quais J. Clemente dos Anjos⁹² — e, em 1933, elementos claramente de esquerda, ainda que, como dizem, «libertos de todas as paixões, alheios à desordem, estranhos a violências, amigos do respeito mútuo, da disciplina e da lealdade»⁹³. Os dirigentes de 1929-30, bem como os seus apoiantes, acabariam, em 1933, por constituir uma Comissão de Salvação Colectiva do Sindicato e por ser expulsos da Associação de Classe, numa AG realizada a 31 de Agosto de 1933, acusados de «traidores» e de simpatizantes do «nacional-sindicalismo»⁹⁴. Será desta Comissão de Salvação Colectiva do Sindicato que vai surgir o Sindicato Nacional do Pessoal dos Carros Eléctricos do Dis-

publica o jornal *O Dever*, em AG realizada a 29 de Dezembro de 1933 vota contra o Decreto-Lei n.º 23 050, transferindo todos os seus bens para a Cooperativa. Ver relatório do Comando da PSP n.º 99, de 30 de Dezembro de 1933. Arq. MESS, caixa 204.

⁹⁰ Ver José Pedro Castanheira, *Os Sindicatos e o Salazarismo. A História dos Bancários do Sul e Ilhas, 1910-1969*, Lisboa, ed. do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, 1983, pp. 53 e 57-58.

⁹¹ Armando Boaventura, «Contra a luta de classes. Patrões e operários», in *Diário de Notícias* de 7 de Agosto de 1933. Ver também reportagem e notícia sobre esta AC nas edições do mesmo jornal de 8 e 23 de Agosto de 1933.

⁹² Ver designadamente *O Eléctrico*, órgão da Associação de Classe dos Empregados da Companhia Carris de Lisboa, n.º 1, de 10 de Janeiro de 1930, e n.º 9, de 16 de Maio de 1930.

⁹³ Ver *O Eléctrico*, n.º 32, de Junho de 1933, que transcreve a exposição enviada pelos corpos gerentes da mesma Associação à Administração da Carris a 22 de Junho e de que é retirada a citação.

⁹⁴ Ver *O Eléctrico*, n.º 34, de Setembro de 1933.

trito de Lisboa. Este Sindicato terá como dirigente J. Clemente dos Anjos e no primeiro número do seu jornal, publicado a 20 de Dezembro de 1935, reafirmará a orientação por que se havia pautado a antiga Associação de Classe em 1930⁹⁵.

Oscilação idêntica encontramos-na na Associação de Classe dos Serviços de Transportes Colectivos do Porto. Quanto aos STCP, é o próprio jornal da Comissão Sindical do Partido Comunista que nos conta a «vitoriosa» guerra conduzida pelos comunistas contra os anarquistas, mas no termo da qual quem ganha as eleições são «alguns camaradas sinceros», «ignorantes do movimento operário» e «sem consciência de classe», que, pouco tempo depois, «eram manipulados por elementos fascistas e transformavam o sindicato num coio de reaccionários»⁹⁶.

Entre as segundas poderíamos citar a AC dos Empregados de Cafés, Restaurantes e Hotéis do Porto e as vinte associações de classe de Lisboa, que nas suas assembleias aceitam, praticamente sem resistência, transformar-se em «sindicatos nacionais». Tal como poderíamos referir o caso dos Tanoeiros, dos Marítimos ou ainda dos Conserveiros de Setúbal, citados por Manuel Joaquim de Sousa⁹⁷. Ou ainda a AC Piscatória do Seixal e a AC dos Carregadores da Margem do Tejo (Alcochete).

Nos vinte casos de Lisboa que, segundo fonte policial, votam pela elaboração de novos estatutos, de harmonia com o Decreto-Lei n.º 23 050, não vale a pena minimizar a sua importância, alegando que são, na sua maioria, sindicatos de «classes médias», ou que os sindicatos operários, pela população que representam, são pouco significativos.

O que importa realçar, em qualquer destes exemplos, é que, para estes sectores, nem a ingerência do Estado na vida dos sindicatos nem a orientação imposta pelo Decreto-Lei n.º 23 050 surgem ou parecem surgir como factos anómalos ou uma ameaça à vida sindical. Nuns casos correspondem aos princípios ideológicos que os activistas ou simples associados defendem e integram-se na estratégia de afirmação contra os seus inimigos políticos, ou ainda, como no caso da hotelaria de Lisboa, contra a associação rival, mas sobretudo contra os trabalhadores estrangeiros seus concorrentes que aquela era tida por representar e defender. Noutros trata-se, porventura, do menor dos males ou ainda do preço a pagar por regalias e benesses que só com o apoio do Estado pensavam ser possível obter.

A Associação Portuguesa dos Empregados Bancários, por exemplo, nas bases que aprova quando da sua formação, em Dezembro de 1932, não só defende a cooperação entre o «capital e o trabalho» e se identifica

⁹⁵ O jornal, no editorial da autoria de J. Clemente dos Anjos, retoma e transcreve na íntegra o editorial «A que vimos», que definira a orientação do jornal e da AC em Janeiro de 1930. Ver «A que vimos», in *O Eléctrico*, n.º 1, de 20 de Dezembro de 1935.

⁹⁶ Ver o jornal da Comissão Sindical do PCP, *O Trabalho Sindical*, n.º 5, de 15 de Julho de 1931.

⁹⁷ Manuel Joaquim de Sousa, *Últimos Tempos [...]*, p. 125.

com o «Estado social e corporativo», como «aspira a cumprir um dever cívico e *a ser*, em tempo oportuno, *incorporada na estrutura do próprio Estado*»⁹⁸.

Por sua vez, num artigo assinado por A. Dinis, no jornal do Sindicato Nacional dos Profissionais da Indústria Hoteleira e Similares de Lisboa, que tece comentários ao Decreto-Lei n.º 23 050, pode ler-se a propósito da greve registada em 1924: «O resultado dessa luta inglória foi o que tinha que ser. Venceu o mais forte (o patronato), porque também se vence, mas é preciso, acima de tudo, sabê-lo vencer, porque não é com imposições descabidas que se vence o capital enquanto (este) existir. Aparentemente, em certos casos, tem-se dado por vencido, mas a seguir procura a *révanche*, de consequências sempre desagradáveis, motivo por que devemos aceitar o término da luta de classes, substituindo-a por uma consciência bem formada, de conciliação justa entre o capital e o trabalho.»⁹⁹

Os sindicatos católicos da Covilhã, na edição do seu jornal de 1 de Setembro de 1933, analisavam os novos decretos, em editorial, sob o título «Restauração da ordem social — organização corporativa do Estado». Depois de perguntarem se a referida «organização corporativa do Estado» traria vantagens, respondiam que estas eram «tão evidentes» que a resposta se tornava «ociosa»¹⁰⁰.

«Do ponto de vista económico», afirmava o editorial, «a organização profissional ou corporativa terá por função regular de tal modo a produção que ela se adapte às necessidades reais e efectivas do consumo, evitando assim as crises de superprodução e, consequentemente, o desemprego, com a sua desastrosa repercussão na vida social. [...] Do ponto de vista social é intuitivo o benéfico alcance da organização profissional. O contacto frequente dos representantes dos sindicatos patronais e operários, a troca de ideais e pontos de vista, para se encontrar a solução mais adequada às questões que venham a suscitar-se, não podem deixar de contribuir para pôr termo a um mal-estar latente entre os indivíduos que constituem as diversas categorias sociais.» E o editorialista terminava, afirmando que «a magistratura do trabalho tornará dispensável o recurso à greve»¹⁰¹.

Num outro editorial, publicado em Dezembro de 1933, os sindicalistas católicos vão mais longe nas suas apreciações acerca dos méritos e vantagens da nova organização corporativa. Falando concretamente do Decreto-Lei n.º 23 050, consideram que este «dá um golpe de morte no comunismo e no liberalismo, causas principais de desordem no mundo económico e

⁹⁸ Acta n.º 1, de 29 de Dezembro de 1932, da Associação Portuguesa dos Empregados Bancários, transcrita na íntegra em José Pedro Castanheira, *Os Sindicatos e o Salazarismo [...]*, pp. 388-390.

⁹⁹ A. Dinis, «O passado e o presente», in *A Voz da Razão*, n.º 9, de Setembro de 1933.

¹⁰⁰ «Restauração da ordem social — organização corporativa do Estado», in *Voz dos Trabalhadores*, n.º 32, de 1 de Setembro de 1933.

¹⁰¹ *Id.*, *ibid.*

moral». A Revolução Francesa havia suprimido as corporações, «único amparo da classe trabalhadora, ficando esta sujeita ao jogo, por vezes tirânico, do capitalismo desenfreado». A partir de agora deixava de ser assim. «Os sindicatos, órgãos cooperadores do Estado Corporativo, satisfarão de comum acordo as necessidades mais urgentes das classes operárias e patronais, até que, com o tempo, se entre abertamente em regime corporativo, criando-se escolas profissionais e aprendizagem, bolsas de trabalho, elaborando regulamentos e elegendo delegados próprios para nas Câmaras defenderem os seus interesses profissionais»¹⁰².

Para lá destes exemplos de convicção política e ideológica (bancários nacionalistas e trabalhadores dos lanifícios católicos), ou de xenofobia e algum pragmatismo que depois integram e se integram no discurso corporativo (hotelaria de Lisboa), para lá ainda do caso dos portuários, para quem a organização sindical é um bem acima de qualquer outro, já que é através dela que o grupo profissional garante a gestão da vida profissional em aspectos tão importantes como o do acesso e o da própria distribuição do trabalho — considerado também ele um bem raro —, é de admitir que dirigentes e associados tenham visto no baixar de bandeira uma oportunidade para, com o apoio do Estado, virem a obter concessões e regalias que nunca tinham alcançado ou que até haviam perdido.

É o que parece acontecer, por exemplo, com os conserveiros de Matosinhos, com os empregados mutualistas, com os professores do ensino particular e até com o grupo minoritário que, na assembleia geral do Sindicato dos Ferroviários de Lisboa, aparece a defender a elaboração de novos estatutos em conformidade com o Decreto-Lei n.º 23 050.

A Associação de Classe dos Conserveiros de Matosinhos, na exposição que os seus dirigentes trazem, em Agosto de 1933, a Salazar, ao mesmo tempo que declara integrar-se na ordem corporativa, apresenta uma série de reivindicações: proibição de os patrões «alistarem» trabalhadores que não possuam livrete profissional; sindicalização obrigatória; não concessão de licenças para «laboração de novas máquinas, adquiridas e a adquirir»; proibição do emprego de mulheres e crianças no trabalho mecânico de soldadura; concessão pela Comissão de Assistência de salário aos operários sem trabalho desde Maio de 1933, data em que terminara o defeso; fim da campanha desencadeada pelos patrões contra a Associação de Classe; fiscalização rigorosa do horário de trabalho; participação de delegados da Associação de

¹⁰² E o editorialista concluiu: «Um bom contrato de trabalho elaborado pelas partes interessadas, ou seja, por patrões e operários, extinguirá a luta de classes, iniciará um período duradouro de paz social, não esquecendo nunca que o salário suficiente ou mesmo mais que suficiente não resolverá completamente a questão, enquanto os princípios da moral cristã não forem os inspiradores de governantes e governados, pois são eles os únicos que devem presidir à vida individual, familiar e social» («Sindicalizemo-nos», in *Voz dos Trabalhadores*, órgão dos Sindicatos de Empregados e Operários da Indústria de Lanifícios e da de Construção Civil da Coviã, n.º 38, de 1 de Dezembro de 1933).

Classe na Comissão de Assistência; cumprimento integral do decreto sobre saúde e higiene no trabalho; enfim, estudo de um salário mínimo¹⁰³.

Por sua vez, a Associação de Classe dos Empregados Mutualistas, na própria moção que os 32 associados aprovam, na assembleia geral realizada a 15 de Dezembro de 1933, avança, entre outros, como argumento justificativo da adopção do Decreto-Lei n.º 23 050, «o máximo interesse» que aquela Associação possui em entrevistar-se com o subsecretário de Estado das Corporações, a fim de pedir «a abolição do artigo 27.º do Regulamento à Lei que rege as Associações Mutualistas»¹⁰⁴.

A Associação dos Professores do Ensino Particular, ao mesmo tempo que aprova, por maioria, a elaboração de novos estatutos, reivindica que os professores do ensino oficial sejam impedidos de leccionar em estabelecimentos privados¹⁰⁵.

A Associação de Classe dos Empregados de Assistência aos Emigrantes em Navios Estrangeiros, que adere à nova ordem corporativa, mantendo-se em exercício os mesmos dirigentes, tem dois objectivos: conseguir que os navios brasileiros admitam empregados portugueses e que estes não descontem os 2% para o Fundo de Desemprego¹⁰⁶.

No caso dos Ferroviários, a maioria dos 400 associados presentes na assembleia geral vota, como vimos, contra o Decreto-Lei n.º 23 050. Mas um grupo liderado por Pina Cortes, ex-presidente da MAG e futuro dirigente do Sindicato Nacional, pronuncia-se e defende, na mesma assembleia, a elaboração de novos estatutos, declarando-se impressionado pela maneira como tinha sido recebido pelo subsecretário de Estado das Corporações e seduzido pelas promessas que lhe haviam sido feitas em matéria da Caixa de Reformas¹⁰⁷.

UMA RUPTURA HISTÓRICA

A simples existência destes casos mostra, pelo menos, que a implantação do regime tivera adeptos e que o aparecimento de um Estado que se queria simultaneamente forte e se anunciava defensor dos fracos constituira para

¹⁰³ Armando Boaventura, «Contra a luta de classes. Patrões e operários», in *Diário de Notícias* de 7 de Agosto de 1933.

¹⁰⁴ Relatório n.º 87 do Comando da PSP, de 16 de Dezembro de 1933, que transcreve na íntegra a moção aprovada. Arq. MESS.

¹⁰⁵ Relatório n.º 90 da PSP, de 18 de Dezembro de 1933. Arq. MESS.

¹⁰⁶ Sobre a adesão desta Associação de Classe ver notícia saída em *República Social*, n.º 615, de 6 de Janeiro de 1934, que refere algumas das AC que se haviam já transformado em sindicatos nacionais. Sobre as diligências feitas junto do subsecretário de Estado das Corporações, a fim de os empregados portugueses encontrarem colocação em navios estrangeiros e não pagarem os 2% ver Relatório do Comando do PSP n.º 23, de 16 de Maio de 1934. Arq. MESS, caixa 204.

¹⁰⁷ Cf. Relatório Extraordinário da Polícia Internacional Portuguesa e Relatório n.º 98 da PSP, ambos de 29 de Dezembro de 1933. De notar que, em 1928, um novo regulamento havia alterado para pior as condições de reforma dos empregados dos Caminhos de Ferro do Estado e retirado aos ferroviários a possibilidade de contraírem empréstimos na Caixa de Reformas. Este tema é abordado com frequência tanto na imprensa sindical anterior como na posterior

alguns uma miragem ou uma tentação. Eles não nos podem fazer esquecer, porém, que grande parte do movimento sindical — ou a parte mais activa e exuberante desse movimento — se situava, em termos de valores e quadros de pensamento, no outro ponto extremo, em que dominavam princípios como o da liberdade e autonomia perante o poder político. Mais. A subordinação aos interesses nacionais e a colaboração entre as classes — para já não falar no artigo do ETN segundo o qual os interesses do trabalho não podiam sobrelevar os interesses do capital — eram impensáveis para estes sindicalistas que tinham uma concepção fortemente classista da sociedade e do próprio Estado.

Se algumas associações não recusavam liminarmente a hipótese de colaborar com o Estado — recusa que subsistia do lado dos anarquistas e sindicalistas revolucionários, dada a sua aversão a tudo quanto tivesse a ver com o Estado, fosse este «Estado burguês» ou «Estado proletário», mesmo se a recusa se tornara, como vimos, mais teórica do que prática —, as dificuldades aumentavam no que se refere à colaboração com os patrões.

Os Profissionais da Imprensa, por exemplo, no parecer atrás citado, aceitavam naturalmente o contrato de trabalho previsto no ETN, mas acrescentavam que, não obrigando este «o patronato a aceitá-lo, resultará letal-morta». Admitiam até que «seria mais agradável defender os nossos direitos e regalias de harmonia com os interesses da economia nacional, numa perfeita colaboração com o Estado e seus organismos, quando estes se expandissem livremente e com equidade». Em contrapartida, afirmavam «não poder concordar com a sua subordinação à estrutura económica burguesa, sabendo que esta, em vez de atender ao bem comum, é cimentada nos privilégios dos interesses privados, quase sempre contrários aos interesses económicos dos trabalhadores e, não poucas vezes, até prejudiciais para o próprio Estado»¹⁰⁸.

É verdade que os jornalistas falam da colaboração com o Estado no condicional e apenas quando os organismos se expandissem «livremente e com equidade», o que não acontecia na altura. A censura prévia à imprensa, a perseguição de alguns jornalistas, a existência de muitos jornais outrora ou ainda suspensos, a concessão pelo estado do bilhete de jornalista a indivíduos não profissionais e, para finalizar, a vontade de integrar «à força» o Sindicato no Estado Novo eram tudo sinais e prova de falta de liberdade e de equidade, que tinham, de resto, levado o Sindicato a «cortar relações» com o Governo¹⁰⁹.

à corporativização. Ver *O Ferroviário*, órgão do Sindicato do Pessoal dos Caminhos de Ferro Portugueses, designadamente os números publicados de Janeiro de 1930 a Dezembro de 1933. Ver também *Vida Ferroviária*, órgão das Comissões Organizadoras dos Sindicatos Nacionais dos Ferrovários, n.ºs 1 e 5, respectivamente de 1 de Janeiro e 1 de Maio de 1935.

¹⁰⁸ Parecer da direcção do Sindicato dos Profissionais da Imprensa, cit.

¹⁰⁹ É, aliás, com base em todas estas queixas e acusações e no corte de relações a que elas conduziram que uma proposta surgida na 2.ª assembleia deste Sindicato, no sentido de propor ao Governo a alteração ou revogação de alguns dos artigos do Decreto-Lei n.º 23 050, é recusada, optando os jornalistas por continuarem a reger-se pelos seus antigos estatutos, «aceitando as consequências desta lógica orientação». Isto é, o Sindicato vir a ser dissolvido.

Ainda que no condicional, ou sob certas condições — que, como acabámos de ver, não estavam reunidas —, a colaboração com o Estado pertencia, apesar de tudo, à categoria do possível, enquanto a solidariedade permanente com os patrões que implicasse o «abandono da luta de classes» recaía no domínio do impensável.

Mesmo quando a colaboração com o Estado está fora de causa, como acontece, designadamente, na moção dos caixeiros e dos metalúrgicos — porque, sendo ele «capitalista», diziam, «nada mais faz do que impor a ordem burguesa, que permite aos poderes escravizar os trabalhadores» —, a importância dada, nas moções, à questão da relação entre as classes, que ocupa 4 dos 9 considerandos que poderíamos qualificar de úteis ou substantivos, diz-nos que o problema está mais na colaboração com os patrões do que na colaboração com o Estado¹¹⁰.

«Os antagonismos existentes entre empregados e patrões, entre explorados e exploradores», dizem a Associação dos Caixeiros de Lisboa e o Sindicato Único dos Metalúrgicos, «não são de origem sentimental, mas de essência profundamente político-económica e social»; as relações que entre si estabelecem «são condicionadas pela situação em que uns e outros se encontram na sociedade, divididos em classe dominada e classe dominante»; os antagonismos entre as classes não podem desaparecer por «mero capricho» nem «por meio de hábeis combinações políticas», mas tão-só «pelo desaparecimento das classes, resultante duma profunda transformação político-económica da sociedade»; pretender eliminar os antagonismos, mantendo as classes, é «obra de utopia ou de sofisma, obra sempre condenável, pois, na melhor das hipóteses, induz em erro e redundante em prejuízo dos socialmente dominados e em proveito exclusivo das oligarquias e seus auxiliares»¹¹¹.

O mesmo poderia ser dito da Associação de Classe dos Empregados da Companhia Carris de Ferro de Lisboa. Se, na sua moção, afirmam que «não podem nem devem colectivamente manifestar-se pelo apoio à política vigente», porque existem, entre os associados, «as mais variadas concepções políticas», o grande óbice em relação à nova ordem corporativa estava no facto de esta impor a «renúncia à luta de classes» e de exigir aos sindicatos operários coisas que não eram exigidas aos sindicatos patronais: a sanção dos dirigentes¹¹². Aliás, esta mesma Associação havia enviado, nos meses de Março e Maio de 1933, longas exposições à administração da Carris e ao Governo, abordando ambas a «situação moral e material da classe».

¹¹⁰ As moções têm ao todo 12 considerandos, mas os 3 últimos são apelos e proclamações de fé que se dirigem, não só, mas sobretudo aos associados. As questões substantivas resumem-se a 9 considerandos: os 4 primeiros abordam o problema das classes, o 5.º, o do Estado capitalista; o 6.º, o da organização sindical existente ao abrigo do Decreto de 1891; os 3 seguintes têm por tema a nova estrutura corporativa. Cf. moções em relatórios *cits*.

¹¹¹ *Id.*

¹¹² Moção aprovada na assembleia de 16 de Dezembro de 1933 e transcrita no Relatório n.º 88 do Comando da PSP, de 17 de Dezembro de 1933.

O contraste entre a forma como se dirigem aos patrões e ao Estado e o modo como dos patrões falam na exposição que àquele enviam não deixa de ser sintomático.

Na exposição dirigida à administração da Carris, o tom é contido, ou, como eles próprios afirmam, «dentro do maior respeito e guardando as mais rígidas normas de disciplina»¹¹³. A fórmula usada sempre que é necessário autoneomem-se ou nomearem a classe que representam é a de «associação» ou «classe exponente»¹¹⁴.

Na exposição ao Governo, o tom muda. A linguagem torna-se relativamente desabrida quando falam dos patrões, reverente quando se dirigem ao Estado. Chamando a atenção para as desmedidas receita e fortuna da Companhia Carris — ou, como lhe chamarão mais adiante, «a Potente e Colossal Sociedade Inglesa» —, os dirigentes sindicais afirmam que aquela, em vez de ser «boa e estremosa mãe para os seus empregados», «paga-lhes com miséria e desprezo», transforma-os em «verdadeiros e autênticos escravos que explora a seu belo prazer»¹¹⁵. A Companhia, mais do que «madrasta», era «carrasco». Ao falarem de si, em vez da expressão «associação» ou «classe exponente», usam agora o termo «Associação de Classe suplicante». Dirigindo-se aos destinatários — isto é, aos membros do Governo —, deles dizem saber que «estão sempre dispostos a atender as reclamações que são justas», e é para a sua «impoluta consciência de homens de bem, de homens dignos e dum só rosto», que apelam, «convictos de que justiça lhes será feita»¹¹⁶.

Poder-se-ia argumentar que se trata de simples retórica, ou que os termos usados na exposição ao Governo só são possíveis porque, em Maio de 1933, o Decreto-Lei n.º 23 050 era ainda desconhecido. Mas é de palavras e também de retórica que o pensamento é feito. E, se o Decreto não era ainda conhecido, era-o o Governo, bem como as suas intenções em matéria de organização social e política. Ora o tom e o conteúdo da exposição dirigida ao Governo levam-nos a pensar que os dirigentes estavam convencidos de que o seu discurso antipatronal e, neste caso, contra o capital inglês tinha receptividade entre os membros do Governo, o que significaria, por sua vez, e pelo menos nestes primeiros anos, que o discurso e as promessas sociais do Estado Novo tinham tido eficácia e impacte sobre alguns sectores sindicais e operários¹¹⁷.

Seja como for, exposições de Março e Maio e moção de Dezembro de 1933 têm, pelo menos, uma virtualidade: a de nos mostrar que, em certos meios, a cooperação com o Estado, e mesmo com um Estado autoritário, não estava

¹¹³ «Exposição entregue à direcção da Companhia Carris de Ferro de Lisboa» a 31 de Março de 1933, in *O Eléctrico*, n.º 32, de Junho de 1933.

¹¹⁴ *Id.*, *ibid.*

¹¹⁵ «Exposição entregue ao Governo, Câmara Municipal de Lisboa e Direcção-Geral de Saúde» a 10 de Maio de 1933, in *O Eléctrico*, n.º 32, de Junho de 1933.

¹¹⁶ «Exposição entregue ao Governo, CML e Direcção-Geral de Saúde», *cit.*

¹¹⁷ Questão analisada na primeira parte do trabalho, pp. 185 a 208.

de todo excluída, desde que este não exorbitasse os seus poderes e sobretudo não pedisse coisas consideradas impensáveis, uma das quais era exactamente o repúdio da luta de classes.

Ou seja, a concepção conflitual e, mais do que conflitual, a concepção antagónica das classes e dos seus interesses não eram fenómenos de superfície. Encontravam-se profundamente enraizadas na mentalidade de dirigentes e militantes. E, como o próprio director dos SAS, em Julho de 1934, involuntariamente confessa, encontravam-se enraizadas também entre o próprio operariado. Dizia então aquele director de serviços que alguns sindicatos nacionais enfermavam de «falta de espírito novo», pretendendo «usar os mesmos processos, apenas com sinal contrário», pelo que se impunha uma «vigilância contínua sobre os sindicatos e a doutrinação sistemática da sua população associativa»¹¹⁸. Mas, se o problema se limitasse, como ele parece crer, ao facto de não existir ainda «uma *élite* preparada», a «doutrinação sistemática» da massa associativa não constituiria, por assim dizer, uma necessidade tão urgente e imperiosa¹¹⁹.

Dirigentes e militantes ou simples associados, o que é certo é que, para muitos, a integração «à força» na nova ordem corporativa, a perda de independência perante o Estado e a colaboração com os patrões constituíam uma violência e a violação de valores considerados essenciais e quase sagrados. E é justo que se diga que a crítica que mais tarde irá ser feita às concepções do ETN e do Decreto-Lei n.º 23 050, quer por partidos e militantes políticos da oposição, quer pelos estudiosos do salazarismo, pouco dirá que aqueles dirigentes do sindicalismo livre não tivessem dito. Perdeu-se, sim, a memória das suas palavras tanto pelo hiato que o salazarismo produziu na «memória colectiva», como pela cultura de oposição, que tendeu a privilegiar actos mais espectaculares e de maior valor simbólico, como foi o caso do «18 de Janeiro».

¹¹⁸ Relatório do director dos Serviços de Acção Social ao subsecretário de Estado das Corporações de 10 de Julho de 1934. Arq. MESS, caixa 205. Um exemplo apenas dos «mesmos processos», mas «com sinal contrário». Em finais de 1935, o S. N. dos Fragateiros de Lisboa luta pelo descanso semanal ao domingo e pelo pagamento de horas extraordinárias. Contactados os proprietários de fragatas e a Capitania do Porto de Lisboa, o Sindicato não encontra qualquer eco. Quanto ao descanso semanal, opta por enviar uma petição ao subsecretário de Estado das Corporações, que é aprovada em AG. Mas, quanto ao pagamento das horas em débito, a direcção do Sindicato propõe aos fragateiros, em nova AG, que, a partir de 1 de Dezembro de 1935, não trabalhem mais do que as horas regulamentares. O assistente dos SAS, Amalral Pyrrait, teria de explicar à direcção do Sindicato «que, se a classe deixasse de trabalhar, conforme tinham resolvido na última reunião, seriam considerados em estado de rebeldia», correndo o risco de o Sindicato ser encerrado e de os dirigentes responderem perante o Tribunal Militar Especial. O subsecretário de Estado das Corporações, teria garantido ainda Amalral Pyrrait, estava do seu lado «desde o momento que seguissem os trâmites legais». A direcção acabará por realizar nova AG, a fim de anular a decisão da greve. Os «trâmites legais» vão ser uma moção dirigida ao INTP para que se tratasse da sua «justíssima causa». Ver Relatórios 11 e 19 do Comando da PSP, respectivamente de 5 de Agosto e 29 de Novembro de 1935. Arq. MESS, caixa 204.

¹¹⁹ *Id.*

4. 1942: O BALANÇO: FALAM OS SINDICATOS NACIONAIS

Anos depois são os próprios dirigentes sindicais nacionalistas que, mantendo-se fiéis aos princípios do corporativismo, parecem vir dar, involuntariamente, razão aos homens do sindicalismo livre que em 1933 tinham votado contra a nova ordem corporativa. A longa exposição que a 20 de Abril de 1942 entregam a Salazar é simultaneamente um balanço da experiência corporativa e um libelo antipatronal¹²⁰.

Depois de vituperar os falsos apóstolos e adeptos do corporativismo que, num lado, se dizem seus «servidores leais» e seus «defensores intransigentes» e, noutro — nas repartições públicas, nos organismos políticos, nas empresas, grémios e organismos de coordenação económica —, «passam o tempo, convertem a vida em intrincada rede de concupiscências e de maquinações contra o bem-estar da comunidade nacional, pela exploração iníqua e ignóbil do seu semelhante», enumeram as consequências a que tal situação levou: «espírito de revolta que começa a agitar as massas trabalhadoras, por se lhes ter abalado a Fé na Justiça do Ideal»; «crescimento da miséria social e simultaneamente [...] crescimento largo da riqueza de alguns à custa de todos»; «triunfo da propaganda adversária»; «falta de coincidência entre as instituições corporativas e os fins que lhes estão a ser dados»¹²¹.

Mas da traição dos homens passavam, lentamente, para a análise e crítica do sistema. Interrogando-se sobre se sindicatos e grémios tinham cumprido o seu dever, não possuíam dúvidas quanto aos primeiros. Os trabalhadores, dizem os dirigentes sindicais, haviam «largado as suas antigas barricadas — onde erguiam o pendão da revolta, apenas contra as injustiças sociais de que eram vítimas, contra as prepotências e desumanidades [contra si] praticadas [...] pelo sistema demo-capitalista —, para se colocarem de alma e coração» ao lado de Salazar, «tomando-o e defendendo-o como único chefe»¹²².

O mesmo já não podia ser dito dos grémios. Primeiro, tinham-se organizado muitos anos depois de os «trabalhadores terem largado as suas antigas barricadas»¹²³. Depois, encontravam-se afastados dos fins para que haviam

¹²⁰ Como já tivemos oportunidade de referir, a 6 de Abril de 1942, os sindicatos nacionais do distrito de Lisboa reúnem-se em assembleia magna no Coliseu dos Recreios «para apreciar e tratarem em conjunto da gravíssima situação em que eles e os seus organismos se encontram perante as massas trabalhadoras [...], devido à progressiva descrença, que cada vez mais delas se apodera, na Organização Corporativa e muito principalmente na sua justiça social [...]» Desta assembleia sai a decisão de enviar directamente a Salazar uma mensagem denunciando «as causas que julgam motivar a descrença da massa trabalhadora e o espírito crescente de revolta que começa a dominá-la». Ver «Mensagem dos SN», in *Diário de Notícias* de 24 de Julho de 1942. Poderíamos dar inúmeros exemplos de críticas e queixas deste tipo feitas pelos dirigentes sindicais ao longo dos anos 30. Mas a «mensagem» sintetiza-as e possui outra importância.

¹²¹ «Mensagem [...]», in *Diário de Notícias* de 24 de Julho de 1942.

¹²² *Id.*, *ibid.*

¹²³ *Id.*, *ibid.*, E, dizemos nós, muitos continuavam por se organizar, só vindo a fazê-lo em finais dos anos 50 — caso do Grémio da Indústria Têxtil do Algodão ou ainda o da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica.

sido criados. «Os dirigentes de ontem», afirmam os sindicalistas, «são os mesmos de hoje; a mentalidade fortemente individualista; os desejos dos grandes negócios e maiores lucros; a intenção permanente de chegar às concentrações económicas, e todos os mais desejos, princípios, intenções, finalidades e processos resultantes do sistema demo-capitalista, nada disso morreu sob os escombros das antigas associações de classe patronal.»¹²⁴ Os grêmios, tal como estavam a ser orientados, eram verdadeiros *trusts*, «centros de monopólio estabelecidos dentro da Organização Corporativa contra a própria Organização Corporativa»¹²⁵.

A colaboração entre as classes tinha deixado muito a desejar. Dos cerca de «4 milhões de trabalhadores», apenas «escassos milhares» se encontravam «abrangidos por contratos colectivos de trabalho» e «outros tantos defendidos da velhice, da invalidez e da doença pelas Caixas Sindicais de Previdência»¹²⁶. Mais. No início da guerra, a todos — patrões e trabalhadores — havia sido pedido espírito de sacrifício. Os trabalhadores nada exigiram. Tinham dado tudo quanto se lhes pedira. Os homens de negócios, o comércio e a indústria, esses, haviam enriquecido como nunca. «Empresas existem», afirmam os dirigentes sindicais, «que, para corresponderem a esse ‘sacrifício’, extraíram do seu ramo de comércio ou de indústria lucros que jamais obtiveram e que, em algumas, chegou até, em 1941, a atingir um rendimento de 500 % do capital nelas investido.»¹²⁷ O enriquecimento do comércio e da indústria não se havia repercutido nos salários. Estes continuavam a ser «sensivelmente iguais» aos que se auferiam antes da guerra, enquanto o custo de vida se agravara, afirmam, citando o Banco de Portugal, em 44 %¹²⁸.

No entender dos dirigentes dos sindicatos nacionais, o desvirtuamento dos grêmios em relação à sua «verdadeira finalidade económica e social» poderia dever-se «à falta de mentalidade corporativa» dos patrões. Mas esta não explicava tudo. Para os sindicalistas corporativos, dois factores eram responsáveis pelo desvirtuamento da doutrina e instituições corporativas: o tratamento desigual a que sindicatos e grêmios estavam submetidos; a pouca importância que o Governo atribuiu ao social.

Quanto ao primeiro, afirmavam: «Contrariamente ao que acontece com os dirigentes sindicais — que, além de necessitarem da autorização de Sua Ex.^a o Subsecretário de Estado das Corporações para dirigirem os seus respectivos organismos, prestam contas de todos os seus actos ao INTP —, os dirigentes dos grêmios têm liberdade de movimentos e têm de prestar contas da sua gerência e dos seus actos apenas às suas assembleias gerais.»¹²⁹

¹²⁴ «Mensagem [...]», in *Diário de Notícias* de 24 de Julho de 1942.

¹²⁵ Id., *ibid.*

¹²⁶ Id., *ibid.*

¹²⁷ Id., *ibid.*

¹²⁸ Id., *ibid.*

¹²⁹ Id., *ibid.*

Quanto ao segundo, apontavam a «falta de coordenação» que no corporativismo existira entre o «económico, o político e o social», redundando aquela na prioridade do económico sobre tudo o resto e no acautelamento excessivo dos interesses do capital em detrimento dos interesses do trabalho¹³⁰.

Ao referir a desigualdade de tratamento, é difícil saber se os dirigentes dos sindicatos nacionais reivindicavam para si o fim da tutela do Estado e a correspondente «liberdade de movimentos», ou se queriam antes que o Estado restringisse e forçasse a liberdade dos patrões¹³¹.

Seja como for, estas críticas, que assentavam em valores antiliberais, antidemocráticos, anticapitalistas e anti-socialistas e eram feitas em nome da «Civilização Cristã», como os próprios fazem questão em afirmar, acabavam por retomar algumas das objecções que os homens do sindicalismo livre, igualmente antiliberais e anticapitalistas, mas sonhando com a sociedade sem classes, haviam formulado, de forma premonitória, nas moções que, contra o novo direito associativo e a nova ordem corporativa, tinham aprovado em finais de 1933.

Pedro Teotónio Pereira, na resposta pública que dera às associações de classe que haviam votado contra o Decreto-Lei n.º 23 050, procurara, entre outras coisas, justificar uma das disposições mais controversas — a que previa a sanção oficial dos dirigentes sindicais — com razões que poderíamos considerar conjunturais e transitórias¹³². «Os novos organismos», dizia em Janeiro de 1934 Pedro Teotónio Pereira, «precisam de ser defendidos das lutas intestinas, das dissidências prejudiciais, dos golpes perigosos que podem surgir antes que se encontre radicado um forte espírito corporativo, imposto pelas circunstâncias do meio. Tudo deve pois tender a libertá-los dos velhos vícios parlamentares, da influência dos *meneurs* e da subalternização a entidades estrangeiras, inimigas do Estado e do interesse nacional»¹³³.

¹³⁰ «Mensagem [...]», in *Diário de Notícias* de 24 de Julho de 1942.

¹³¹ A crítica, em si, é ambígua. Já o era, aliás, nas moções aprovadas pelas associações de classe. Mas poderíamos dizer que, nas moções de 1933, a utilização deste argumento visava pôr em cheque o próprio discurso do regime, na medida em que este proclamava que o Estado social e corporativo estava acima das classes e tratava com simétrica equidistância patrões e trabalhadores. Note-se, por último, que a questão do tratamento desigual dado a sindicatos e grémios surge mesmo em associações de classe que votam a favor do Decreto-Lei n.º 23 050.

¹³² Cf. informação do gabinete do subsecretário de Estado das Corporações enviada para a imprensa a 25 de Janeiro de 1934 e publicada no *Boletim do INTP*, n.º 5, de 31 de Janeiro de 1934. De notar que a informação é publicada uma semana depois do «18 de Janeiro», isto é, quando o movimento sindical livre se encontra derrotado. A escolha da moção também não é arbitrária. Sendo a que usa linguagem mais extremista e que pode ser atribuída à corrente comunista, era a que melhor se adequava à política seguida pelo Governo, que consistia em isolar e nomear apenas um inimigo: os comunistas. Ao atribuir, por inteiro, o «18 de Janeiro» a esta corrente política, o Governo e Teotónio Pereira visavam o inimigo mais perigoso internacionalmente, mas também o que, em termos nacionais, era menos numeroso. Os comunistas, por sua vez — já que nesta matéria não há má publicidade —, iriam tirar proveito, reivindicando para si a exclusividade da iniciativa, fazendo desesperar os anarquistas e agravando os conflitos e ódios no seio da esquerda.

¹³³ *Id.*

Não vale a pena entrar em comentários, que, por evidentes, seriam desnecessários¹³⁴. Admitamos até que a intenção inicial fosse a de considerar esta medida transitória, já que, dentro da família corporativa, Pedro Teotónio Pereira fazia parte dos que defendiam o «corporativismo de associação», não o «corporativismo de Estado». O que é certo é que, decorridos nove anos sobre estas declarações, a exigência de homologação dos dirigentes sindicais mantivera-se e, como acabámos de ver pela exposição dos sindicatos nacionais a Salazar, ela fora de todo incapaz de aplanar o terreno para que se radicasse «um forte espírito corporativo, imposto pela razão e pelas circunstâncias do meio». No entender dos sindicalistas, teria mesmo constituído um obstáculo a que tal espírito surgisse.

É preciso dizer que a homologação dos dirigentes sindicais, por um lado, e a aprovação dos textos de contratos e acordos pelo conselho-geral e pela assembleia geral dos grémios, por outro, mais do que exprimirem um tratamento formalmente desigual dado a sindicatos e grémios, provocavam, na prática, resultados diametralmente opostos nos primeiros e nos segundos. Os dirigentes patronais estavam, também eles, sujeitos a sanção superior. Mas, com ou sem sanção, os patrões tinham infinitamente maior poder. Quanto à aprovação ou rejeição dos termos dos contratos e acordos negociados por parte dos sócios dos sindicatos, esta também era possível e algumas vezes aconteceu, inclusive com o apoio aberto ou implícito do conjunto ou de parte dos dirigentes sindicais. O problema é que a rejeição por parte dos trabalhadores ou dos patrões não possui o mesmo valor nem produz os mesmos resultados. Enquanto o voto negativo, no caso dos grémios, favorecia sempre, material e moralmente, os patrões, no caso dos sindicatos, a rejeição de um contrato ou acordo pelos associados era sempre de consequências nefastas, já que, não possuindo os sindicatos outras armas que levassem os grémios a aceitar maiores concessões, o voto negativo significava renunciar às poucas regalias que os maus contratos e acordos, mesmo assim, garantiriam.

Ora, quando os dirigentes sindicais se queixam de estarem dependentes da homologação do subsecretário das Corporações, e não apenas da vontade eleitoralmente expressa pelos associados, homologação que, como é e era

¹³⁴ Digamos apenas que não acabou com as «lutas intestinas» e as «dissidências internas», que continuarão a existir. Nuns casos, polarizadas em pessoas, noutros, nas diferentes sensibilidades que surgem no interior do próprio sindicalismo corporativo, ou ainda entre correntes corporativas e não corporativas. Elas deixaram de ser conhecidas. Basta consultar os arquivos do ex-Ministério das Corporações para encontrar, em sindicatos mais buliçosos, lutas renhidas entre homens e listas, reclamando-se uns e outros do corporativismo e do nacionalismo, e que acabam com a intervenção do INTP, quando não mesmo com a nomeação de comissões administrativas. Conflitos entre pessoas e correntes «situacionistas» encontramos-os no Sindicato dos Bancários de Lisboa, no Sindicato da Carris (que acabará a ser dirigido em 1941 por uma CA), no Sindicato dos Caixeiros de Lisboa, no Sindicato da Panificação de Lisboa, no Sindicato dos Tipógrafos e Litógrafos do Porto ou ainda no Sindicato dos Empregados de Escritório de Lisboa, para apenas referir alguns exemplos.

sabido, dependia, por sua vez, das informações da polícia política, mesmo se nem sempre estas eram seguidas¹³⁵; quando os mesmos dirigentes se queixam que têm de prestar contas ao INTP, e não à sua massa associativa, ou que, quando prestam contas a ambos, é a vontade do Instituto, não a dos associados, que tende ou acaba por prevalecer¹³⁶, Salazar não só mantém intacta a exigência de homologação, como, em Março de 1942, agrava os dispositivos de controlo do Governo sobre os sindicatos e seus dirigentes, quer pelo alargamento do conceito de inelegibilidade, quer pelo tipo de razões que passam a permitir ao Governo nomear comissões administrativas, quer pelo tempo de vigência que estas podem adquirir¹³⁷.

Por seu turno, no domínio da contratação colectiva, e em resposta às queixas e críticas formuladas pelos dirigentes sindicais em 1942, Salazar, mais do que fornecer instrumentos de negociação aos sindicatos, vai reforçar os poderes do Estado em matéria de fixação de condições de trabalho e salários¹³⁸. Esta opção — que poderia compreender-se em tempo de guerra, ou até mesmo nos anos de elevada inflação que se lhe seguem, tanto por razões de ordem económica como de ordem pública — iria, no entanto, perdurar igualmente muito para lá da guerra, em tempo de paz e de completa normalização da vida económica.

¹³⁵ O processo de controlo é mais do que conhecido. Uma vez realizadas as eleições, o Subsecretariado das Corporações pedia informação sobre cada um dos eleitos à polícia política. Em casos excepcionais, ao Governo Civil, câmaras municipais ou ainda às comissões concelhias da União Nacional. Com o tempo, a polícia política foi racionalizando, uniformizando e simplificando o processo de resposta. Dos ofícios com a informação sobre cada um dos elementos eleitos, a Polícia passou a utilizar mapas poliografados e depois impressos. O conteúdo da informação foi também uniformizado. Da informação-síntese, redigida ao estilo de cada agente ou inspector, sobre cada cidadão em particular passaram a ser usados carimbos verdes e vermelhos, com texto uniforme: desde as fórmulas «Nos arquivos desta Polícia nada consta em...» e «Não se vê inconveniente em...» (ambas em verde) às clássicas fórmulas «Não dá garantias de servir os superiores interesses do Estado», frequentemente acrescido, a partir de 1945, de «Assinou a lista do MUD» (estas a vermelho).

¹³⁶ Importa dizer que nos anos 30 e 40, se havia sindicatos inertes, havia-os também com alguma pujança. O número de assembleias anuais e o de associados nelas presentes são disso prova. E não era raro surgirem divergências entre dirigentes e entre estes e os associados ou entre todos e a orientação do INTP. É o que acontece, por exemplo, nos sindicatos dos bancários. Mas também no dos Caixeiros de Lisboa e no da Panificação. Para o primeiro, ver José Pedro Castanheira, *op. cit.* Sobre estes últimos temos oportunidade de lhes fazer referência na terceira parte do trabalho.

¹³⁷ O decreto que alarga os poderes do Governo no sentido de nomear comissões administrativas é de Março de 1942, pouco tempo depois, como já tivemos oportunidade de referir, da greve dos operários dos lanifícios da Covilhã e no momento em que os sindicalistas corporativos estão a preparar a concentração dos sindicatos nacionais. Importa referir que a suspensão de dirigentes eleitos e a nomeação de CA nem sempre foram por razões de ordem política ou de indisciplina social. Muitas se deram, a pedido dos próprios associados, por má gestão dos fundos do Sindicato. Seja como for, não era aos associados que cabia a principal e última palavra no demitir e nomear.

¹³⁸ O decreto que dá poderes ao subsecretário de Estado das Corporações para fixar autoritariamente condições de trabalho e salários, sempre que os superiores interesses da economia ou da justiça social o justifiquem, é de 15 de Abril de 1943.